



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES		
EVENTO: Audiência	Nº: 1291/13	DATA: 30/08/2013
INÍCIO: 10h46min	TÉRMINO: 13h08min	DURAÇÃO: 2h22min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 2h22min	PÁGINAS: 68	QUARTOS: 29

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Promotora de Justiça da Infância e Juventude da Comarca da Capital, do Ministério Público de Santa Catarina
RAFAEL DE MORAES LIMA - Promotor de Justiça Criminal da Capital.
MARCELO WEGNER - Coordenador do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude, do Ministério Público de Santa Catarina.
LIO MARCOS MARIN - Procurador-Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina.

SUMÁRIO: Diligência com o Procurador-Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina, Sr. Lio Marcos Marin.

OBSERVAÇÕES

Reunião realizada no Ministério Público de Santa Catarina.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.
Houve expressões ininteligíveis.
Há oradores não identificados em breves intervenções.
Houve exibição de vídeo.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Declaro aberta a presente diligência com o Procurador-Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina, Sr. Lio Marcos Marin.

Estamos presentes eu, Deputada Erika Kokay, Presidenta desta CPI, a Deputada Liliam Sá, Relatora da CPI, e a Deputada Carmen Zanotto, do Estado de Santa Catarina e membro da CPI. Estão presentes também a Promotora...

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Cristiane Rosália Maestri Böell, Promotora de Justiça da Infância e Juventude da Comarca da Capital.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E o senhor...

O SR. RAFAEL DE MORAES LIMA - Rafael de Moraes Lima, Primeira Promotoria de Justiça Criminal da Capital.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O senhor fale, por favor, ao microfone, porque nós temos que gravar.

O SR. MARCELO WEGNER - Meu nome é Marcelo Wegner, sou Coordenador do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Portanto, estamos aqui na sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina.

Nós estamos nestes dias aqui em Florianópolis, em Santa Catarina. Estivemos ontem realizando uma audiência pública em que nós buscamos primeiro traçar um diagnóstico sobre o nível de incidência de exploração sexual e turismo sexual de crianças e adolescentes no Estado, mas também nos interessa sobremaneira entender ou ter a noção exata de como o Estado, com todas as suas esferas e as suas representações, o Poder Legislativo, o Poder Executivo, o Judiciário, o Ministério Público, estão enfrentando a exploração sexual de crianças e adolescentes na localidade.

Nós já sabemos que não há um plano de enfrentamento aqui no Estado, que um plano de enfrentamento poderia ser esse diálogo entre as diversas esferas do Estado, os diversos Poderes do Estado, e também fazer o diálogo verticalizado, horizontalizado, enfim, na perspectiva de enfrentar o que nós consideramos um roubo à infância e consideramos pedaços de uma lógica colonialista, pedaços de



uma lógica de desumanização absolutamente aguda, que é a violência sexual contra crianças e adolescentes, em particular a exploração sexual.

Então, nós temos duas preocupações que foram se formatando durante o decorrer dos trabalhos da CPI. Uma delas é com o nível de responsabilização, que é um nível extremamente precário de responsabilização, o que vai envolver um aprimoramento dos instrumentos do Estado em vários aspectos, desde o Poder Executivo, através das delegacias, das polícias técnicas, da necessidade de as nossas polícias acompanharem o nível de aprimoramento de atuação das redes. As redes muitas vezes saem das ruas e vão para dentro das redes, e nós não temos o desenvolvimento em tecnologia de informação nas nossas estruturas do Estado que possam fazer frente a essa expressão ou a essa forma de funcionamento das redes já adequadas ao desenvolvimento tecnológico que a humanidade adquiriu.

Nós, então, sentimos a necessidade de que as polícias sejam mais bem preparadas. Via de regra, as provas são flácidas, há muita demora de atendimento, o que é uma revitimização. O Estado não pode reafirmar a vitimização, com sua postura ou ausência de postura possibilitar um corredor e um processo e uma cadeia de vitimização — que começa lá com a pobreza, via de regra, que empurra a pessoa para a situação de exploração sexual ou se consolida com a desumanização que representa a exploração sexual, a ausência da vivência dos direitos sexuais de crianças e adolescentes, que têm fases peculiares, e o envolvimento da sua própria sexualidade e da sua própria vida. Ela também se expressa pela ausência de fala, ou seja, a negação da escuta dessas crianças, e ela se consolida muito, principalmente no que diz respeito a adolescentes, mais do que a crianças, numa culpabilização nos adolescentes pela situação em que se encontram. Então, eles acabam culpabilizados pela sociedade, então passam de vítima a algoz, que é um mecanismo extremamente cruel e extremamente violador de direitos, e que a gente percebe em vários aspectos da sociedade. Mas a transformação das vítimas em algozes é algo extremamente destruidor e rouba a personalidade, rouba a existência humana, eu diria.

Então, portanto, nós temos uma preocupação com o nível de responsabilização e o nível de atendimento, porque nós vimos ontem crianças e



adolescentes que estão, há 2 anos, há 4 anos, à espera de um atendimento. Então, há esperas no atendimento.

É preciso que essa criança possa ressignificar a sua vida, e que essa criança, esse adolescente possa ressignificar a sua vida interrompendo a trajetória. E penso que o Ministério Público é muito importante nisso, porque ele assegura os direitos difusos, ele assegura o cumprimento da própria legislação. Então, se tem uma criança ou um adolescente que está há 4 anos, ou há 2 anos ou há 1 ano esperando um atendimento dentro do SUAS, algo precisa ser feito, porque senão ela não supera, ela não supera a leitura que ela pode fazer do que ela mesma sofreu para que ela possa ressignificar a sua vida, interrompendo essa trajetória.

Então, você tem uma reincidência à dificuldade do Estado. Às vezes detecta, retira da condição, mas não dá estrutura para que esse adolescente, essa criança não volte para a situação de exploração sexual.

E eu penso que o Ministério Público é importante nisso. Acho que o Ministério Público é fundamental tanto do ponto de vista da responsabilização, e é óbvio que nós sabemos que ele é parte de uma cadeia, ele, por si só, não supre as deficiências que podem vir do inquérito, ou também não supre ou não determina qual é a posição do Poder Judiciário. Nós sabemos disso. Mas o Ministério Público é fundamental no processo de responsabilização e é fundamental também para assegurar as políticas públicas, assegurar que nós possamos cumprir a legislação que diz que crianças e adolescentes são prioridades absolutas.

Se são prioridades absolutas, por que tem criança vítima de exploração que está há 2, ou 3, ou 4 anos, sem atendimento? Por que há tanta demanda reprimida desse atendimento, dessas crianças que deveriam ser atendidas pelo CREAS? Mas nós sabemos que qualquer política que seja responsável pelo atendimento tem que funcionar como articuladora das demais políticas, porque o CREAS não funciona por si só. Há uma incompletude institucional que é característica de políticas que lidam com seres humanos que têm diversos direitos, direitos inter-relacionados e que, portanto, nenhuma política pública por si só é suficiente para atender a todas as demandas. Mas se você tem o CREAS, cabe ao CREAS articular as políticas de educação, enfim, as políticas de saúde e as políticas necessárias para que essa criança e esse adolescente possam ser atendidos.



Então, portanto, a gente sempre visita o Ministério Público, primeiro pelo respeito que nós temos pelo Ministério Público na função que desenvolve, na construção do Estado Democrático de Direito, no resgate da condição, ou seja, na reinvenção da democracia diária e na sua consolidação, porque penso que ela ainda está em construção, em assegurar os princípios básicos da nossa Constituição.

Então, carregamos muito respeito pelo Ministério Público. E entendemos que ele tem duas funções: a função de, nos casos específicos, poder trabalhar na perspectiva da responsabilização; e, a segunda, de assegurar que nós tenhamos as políticas públicas sendo implementadas para darmos prioridade absoluta às nossas crianças e adolescentes e possibilitarmos a doutrina da proteção integral, que é prevista no Estatuto, no ECA.

E, por fim, nós também estamos aqui porque temos uma preocupação que se expressou ontem. Nós não vimos aqui para discutir casos específicos, mas os casos específicos não podem ser ignorados porque eles são sintomas de como a sociedade funciona ou de como o Estado tem funcionado na perspectiva da resolução desses casos.

Então, tem um ex-Deputado que tem um nível de envolvimento, ou seja, que está supostamente envolvido com uma situação de exploração sexual, e nós, ontem, na audiência pública, tivemos relatos de que as crianças e os adolescentes não estão isentos de uma aproximação do suposto agressor. Portanto, isso nos provocou muita inquietação. Ou seja, a primeira coisa: que essas crianças fiquem abrigadas, se estavam em um local, não podem continuar no mesmo local, que é o palco da violação de direitos. Que elas possam ser transferidas. Pelo que nós soubemos ontem, isso parece que foi resolvido, de essas crianças estarem em um local seguro.

O segundo aspecto é que o agressor não possa se aproximar delas. O Estatuto prevê o que a Lei Maria da Penha depois assegura para as mulheres, de uma forma muito exemplar, as medidas de proteção. E me parece que há uma medida de proteção que foi concedida que impede que o suposto agressor possa se aproximar das supostas vítimas. Entretanto, isso não está funcionando e isso possibilita, primeiro, uma contaminação do processo, porque há um nível de ascendência e de influência que pode contaminar a isenção de um processo de



apuração. E, segundo, a permanência, a proximidade do agressor desestrutura e não possibilita que essas crianças e esses adolescentes possam, enfim, se recompor na sua condição humana que foi violada. Então, nós temos essa preocupação.

Nós sabemos que o processo está em segredo de Justiça. Nós não queremos discutir aqui os detalhes que não possam ser publicizados. Nós temos, especificamente, essas preocupações; preocupações de que, durante todo o processo de investigação, nós tenhamos essas crianças e adolescentes sem contato com o suposto agressor, e, ao mesmo tempo, que nós possamos assegurar que elas tenham um nível de atendimento que passe inclusive pela... E me parece que, mesmo depois da denúncia formulada, elas ficaram muito tempo no mesmo lugar, no abrigo onde ali se perpetrava, supostamente, ou, segundo as denúncias, as violações de direitos.

Então, a preocupação que nós temos é com as crianças e os adolescentes, com as supostas vítimas, e também a preocupação se o processo está caminhando dentro da celeridade que a prioridade absoluta assegura. Porque prioridade absoluta não é só do Executivo. Ela é prioridade absoluta do Estado, da família, da sociedade. E, se é do Estado, ela tem que ser também do Poder Judiciário.

Eu penso assim: o Poder Judiciário tinha que ter uma estrutura para dar prioridade absoluta às questões relativas à criança, seja do ponto de vista da proteção, seja do ponto de vista da criança como vítima, ou como vitimizadora — ou o adolescente. Então, o Poder Judiciário teria que dar como prioridade as questões, as matérias ou os processos relativos à criança, e não é isso o que a gente vê.

A gente precisaria de uma nova vara aqui. Foi o que nós detectamos ontem na audiência. Nós temos apenas uma vara, que é uma vara de adolescente infrator, e era preciso também ter uma vara especializada. Enfim, são processos para assegurar essa prioridade absoluta.

É um pouco o que a gente gostaria de falar do novo sentido, da nossa visita aqui, para além de que sempre é muito bom conversar com o Ministério Público, independente da circunstância, e particularmente na beira do mar, ainda que ele não esteja com a sua cor mais bela no dia de hoje. Mas é igualmente belo, porque o mar é sempre belo, não é?



Eu vou passar para a Relatora, para a Deputada Carmen. E depois eu passo para os senhores e senhoras para que possam discorrer sobre o que acharem necessário.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Muito bom dia a todos.

Eu quero nesta manhã me colocar também à disposição de vocês no sentido de que nós possamos caminhar juntos para ver essas questões que foram colocadas ontem, na audiência pública, e podermos dar também a nossa contribuição enquanto CPI. A Deputada já esteve no Governo do Estado hoje fazendo também algumas reivindicações.

Sobre esse caso do ex-Deputado Duduco, eu, ontem, levantei essa questão na audiência pública, porque o que nos foi passado — e isso não está em segredo de Justiça, isso está na mídia. Vou deixar bem claro que não está em segredo de Justiça para a gente não contaminar todo o processo — é que o ex-Deputado possuiu uma creche durante 30 anos e essa creche recebia dinheiro público para que ele pudesse fazer o trabalho com as crianças. E que dentro dessa creche ele abusou, durante muitos anos, de alguns adolescentes.

E ficou a nossa indagação de como que não teve uma fiscalização durante todo esse tempo, durante esses 30 anos, sendo que as crianças ali passavam fome, meninos misturados com meninas, sem a separação de idade, e também como ele conseguiu adotar — foi uma das perguntas, e não souberam nos responder — essas crianças; adotar tantas crianças, se o processo de adoção, nós sabemos, é um processo lento, criterioso. Como ele conseguiu adotar essas crianças?

Eu quero parabenizar a advogada, a Cristiane Rosália...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Promotora.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Promotora. Desculpe-me, Promotora, que também foi quem interferiu no caso, e pediu... Foi a senhora que encaminhou junto ao Ministério Público a análise do processo. Isso foi passado para a gente. E, aí, a juíza ajuizou uma ação na 1ª Vara e mandou para o Ministério Público; o Ministério Público mandou de novo para a delegacia para pedir mais provas. É isso o que nós temos aqui. Eu não sei se é verdade. Nós vamos esclarecer isso.



Nós queríamos saber também por que da morosidade e que tipo de provas vocês precisariam, já que se teria bastante materialidade no caso. Nós tivemos acesso ao inquérito policial, e vimos que havia bastante materialidade.

Então, foi essa a nossa questão, porque as crianças continuaram... não havia lugar nos abrigos. Então, ficaram ainda três crianças — uma de 13, outra de 14, outra de 17 — naquele mesmo local. E, ontem, uma advogada, que está defendendo as crianças, disse que precisava de proteção policial, porque está sendo ameaçada de morte. Aí, nós tomamos as devidas providências... A nossa Presidenta Erika Kokay tomou as devidas providências. Havia lá o Secretário de Segurança, que também ficou de resolver o caso. E que as crianças estão sendo incomodadas pelo Duduco lá, na porta da escola. Ele conversou, pediu que essas crianças fossem com ele para o Rio de Janeiro.

Então, se há essa medida de proteção, por que ela não está funcionando? Por que essas crianças ainda estão em situação de vulnerabilidade?

Então, são essas questões que nós gostaríamos...

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Na porta do fórum.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Na porta do fórum. Perdão, refazendo a minha fala: na porta do fórum.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - O Duduco abordou as crianças para convidá-las para ir ao Rio de Janeiro.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Sim, para convidá-las para ir ao Rio de Janeiro. Ela ia para a escola, segundo foi relatado. Na porta do fórum ele estaria assediando essas crianças.

Então, são essas as nossas questões de ordem.

Queremos agradecer por vocês estarem abrindo as portas e nos recebendo no dia de hoje.

Muito obrigada.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Obrigada.

Eu quero, em nome do Dr. Lio, agradecer a oportunidade de estarmos aqui, todo o Ministério Público, dizer que eu sou muito suspeita, porque eu tive, quando estava na Secretaria de Estado de Saúde, uma relação muito próxima, e o Ministério



Público para nós foi muito importante, e é muito importante, para que a gente possa implementar as políticas públicas.

Então, estarmos aqui tratando deste tema, que é um tema difícil, é um tema que não se quer publicizar, porque a gente sabe que ele é delicado mesmo. Mas a gente viu ontem, inclusive pelos dados, o papel do Ministério Público, junto com o fórum pela não violência e exploração sexual de crianças e adolescentes, que já está dando resultado, que o número do Disque-Denúncia, de 2011 para 2012, cresceu mais do que 100%. O que significa isso? Significa para mim, tenho a impressão, que muito além de ter aumentado o número de violência, que as pessoas estão conseguindo falar, estão conseguindo denunciar. Então, isso é importante porque, a partir do número de denúncias, a gente fortalece as políticas públicas.

Eu estava dizendo rapidamente à Deputada Erika Kokay que o Dr. Nelson Serpa nos recebeu em nome do Governador Raimundo Colombo, e definimos, como prioridade, a conclusão dos estudos do plano estadual para que a gente tenha, com clareza, o eixo das competências do órgão para que isso chegue lá na base, lá no agente comunitário de saúde, no Conselheiro Tutelar. Pedimos também a priorização dos recursos para campanhas, até propus que se pudesse ser estudada a questão do fundo social. Assim como a gente tem 1% para as APAEs, que fosse destinado um percentual específico para esse tipo de política pública. E daí demonstra e fica claro que a gente pode implementar ainda mais, entre outros assuntos, que lá na audiência pública foram levantados. E eu com o Francisco e a Elaine fomos os porta-vozes dos encaminhamentos da tarde de ontem.

Então, estamos aqui, sabendo do papel do Ministério Público, da atuação do Ministério Público de Santa Catarina, para que a gente possa efetivamente dizer: nós temos problemas em Santa Catarina. Pode não ter a dimensão de outros Estados, não temos aqui pelo menos notícias, a não ser aquela que o Delegado Aldo já concluiu, da rede de Internet, de pedofilia, mas a gente não tem notícias de grandes redes atuando no Estado. Mas pode ser que a gente tenha ainda muitos casos que nós, poder público, os legisladores do Estado, o Executivo não tenha informação, o Judiciário e o Ministério Público, em função de que há uma coisa que a gente só vai saber mesmo, a partir de um momento de uma denúncia ou de uma escuta telefônica. Até ontem, eu deixei registrado no período da tarde que a atuação



dos órgãos do Estado são muito prontas quando têm os casos. Porque aqui, quando a gente teve o caso do ex-Deputado Federal de dois mandatos, ex-Prefeito, um nome importante do nosso Estado, a partir do momento em que houve as escutas — e elas foram filtradas porque o processo pelo que a gente sabe, pelo menos, as escutas não eram para esse fim, tinham uma outra finalidade —, a partir do momento em que foi pinçado das escutas essas suspeitas, elas foram investigadas, ele foi preso e continua preso. Então, isso é importante que a gente fortaleça no Estado.

E também esta CPI tem um papel em que nós vamos ter os grandes eventos. Nós não somos, Deputada Erika, sede dos jogos da Copa, mas nós vamos ser sede de algumas delegações, uma ou mais. E os dois Estados vizinhos nossos, o Estado do Paraná e o Estado do Rio Grande do Sul serão sede. Então, como nós temos uma coisa que são as nossas praias, as nossas serras, é muito forte o turismo em Santa Catarina, nós também estamos discutindo... E aí pedimos ajuda, também, do Ministério Público, para que a gente possa efetivamente ter uma atuação específica e um plano traçado. Que a gente não se preocupe só com a acolhida das delegações, que a gente não se preocupe só com a receita que pode vir, mas que a gente não permita que o turismo sexual de criança e adolescente seja explorado nesses grandes eventos. Nós precisamos falar também sobre isso. Então, o papel do Ministério Público para nós é muito importante. Para mim, estar aqui no Ministério Público de Santa Catarina é muito gratificante. E eu tenho certeza que nós vamos ter uma reunião produtiva, inclusive com propostas. Ontem, a gente deixou essa sugestão na audiência, inclusive tivemos propostas de alteração da legislação.

A nossa CPMI, da qual eu fui membro também da violência contra a mulher, que foi uma Comissão Mista — esta é só da Câmara, aquela era Câmara e Senado —, a gente teve oportunidade de entregar o relatório final com mais de mil páginas para a Presidente da República nesta semana, na terça de manhã. E, ontem, o Senado já votou parte dos projetos que foram apresentados, que foram frutos daquilo que a gente ouviu nos Estados do Ministério Público, do Legislativo, do Executivo, da sociedade civil.

Então, também, se os senhores tiverem sugestões que a gente possa, ontem nós já tivemos à tarde, por parte do Ministério Público, mas se a gente pudesse...



(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - ...esteve a tarde toda praticamente conosco. Mas, se tivermos mais sugestões de melhorar a legislação ou apresentar novos projetos de lei à CPI...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Foi. A CPI também está aberta para isso, porque esse é um dos papéis da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O representante do Ministério Público, Dr. Marcelo, esteve lá e sugeriu uma modificação legislativa que nós acatamos e que nós vamos transformar em proposição, que é a transformação do art. 312 do Código do Processo Penal, para que nós possamos impedir ou decretar a prisão de todas as pessoas que possam ameaçar ou estar em ameaça de crianças de que estão vitimadas por violação de direitos. Então, nós vamos acatar.

E a gente gostaria, inclusive, Dr. Marcelo, que se o senhor pudesse encaminhar para a CPI, com mais detalhes e tal, seria muito bom. Mas nós vamos acatar. E uma outra sugestão que também foi colocada por outro órgão no dia de ontem.

E quero dizer o seguinte: a gente tem uma preocupação com os grandes eventos porque muitos Estados não estão preparados para ele. E ainda que aqui não venha a sediar a Copa você vai ter um pacto, porque inevitavelmente Santa Catarina é um Estado que tem muitas belezas que o apontam como um Estado que é destino de muitos turistas. E nós temos também notícias de que aqui no Sul do País meninas aliciadas estão indo para as grandes obras. É outra preocupação nossa. A gente deve estabelecer um novo marco legal para o licenciamento de grandes obras que envolvam a segurança das crianças e dos adolescentes, porque há um recrudescimento da violência sexual, atingindo crianças e adolescentes nas proximidades das grandes obras, particularmente no Norte do País, enfim.

Nós sabemos que aqui não abarca muito e você não sai muito do âmbito urbano. Ainda que tenham obras relacionadas, por exemplo, as Copas onde têm, não é o caso aqui, mas elas se dão num universo urbano e você não tem tantas



mudanças na composição da sociedade. Você não tem, assim, 30 mil homens chegando num Município que tem 40 mil habitantes, ou 25 mil habitantes que...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas nós temos a preocupação, também, com as grandes obras para que nós possamos estabelecer planos de proteção que possam ser acompanhados e licenciamentos concedidos só se houver a estrutura necessária de proteção às crianças e aos adolescentes. É uma discussão, nós vamos fazer um seminário, provavelmente no mês de outubro, para fazer, para estar pontuando isso. Mas as ideias são as de que — a gente já fez algumas audiências públicas acerca disso — a gente tenha, como tem o licenciamento ambiental tenha também o licenciamento... Aliás, ele é socioambiental, mas tem o licenciamento social, e com esse olhar para as crianças e adolescentes. Mas vejam: teve um estabelecimento que foi desbaratado pela Polícia Civil, nas proximidades de Belo Monte, de meninas que vieram do Sul, que passaram 4 dias ou 5 dias em uma *van* para chegar... Foram aliciadas aqui. Porque há mudança de rota. Quando têm as grandes obras, também o que a gente percebe é que as rotas se modificam e elas se modificam se dirigindo para lá.

Então, a gente tem essa preocupação com as grandes obras, os grandes eventos, as grandes obras com o deslocamento das rotas em direção às grandes hidrelétricas, em geral, que é onde tem mais acúmulo, porque tem um número grande de entidades, de pessoas, enfim, que estão com o olhar atento. Tanto Jirau quanto Santo Antônio... Em Jirau foi mais de 200% o aumento do caso de estupro. Ainda que a gente considere que houve uma mudança, um alargamento da tipificação de estupro é muito grande o número. Quarenta e cinco por cento de aumento de gravidez precoce, enfim. Então, eu tive oportunidade de estar nas proximidades de Jirau. Eles construíram inclusive a chamada “rua das calcinhas”, onde você nitidamente vê as meninas sendo oferecidas. Enfim, é uma naturalização insuportável.

Mas eu passo a palavra para o senhor, para que nós possamos dar continuidade. Eu acho que estão bem pontuadas quais são as nossas preocupações.



O SR. LIO MARCOS MARIN - Bom dia a todos. Inicialmente, eu queria cumprimentar a Deputada Erika Kokay, a Deputada Liliam e a Deputada Carmen, que já é carinhosamente muito bem quista, muito bem-vinda. E aqui, em Santa Catarina, a Deputada Carmen já fez excelentes trabalhos, especialmente na área da saúde que marcaram a presença dela e ela sempre foi uma parceria do Ministério Público. Nós tivemos sempre uma relação com a Deputada Carmen muito próxima, muito produtiva, muito atuante, o que é bom para todos nós. E esse trabalho grandioso, importante e relevante que as senhoras estão fazendo temos que, efetivamente, destacar, elogiar e divulgar.

O Ministério Público se sente muito satisfeito e também grato pela oportunidade de ser ouvido e fazer, de poder participar, de alguma forma, nisso para que possamos, efetivamente, implementar aquilo que a legislação já disse a prioridade e o cuidado que nós devemos ter com as nossas crianças e adolescentes.

Em Santa Catarina, nós, há longa data, já priorizamos, já nos dedicamos com muito afinco à proteção, à prevenção e à punição dos responsáveis por atos atentatórios contra a dignidade, a segurança, a sexualidade das crianças e adolescentes, especialmente crianças do sexo feminino, que são as principais vítimas, creio eu.

Eu não sou da área da infância e juventude — a minha área sempre foi outra —, é uma que eu não domino. Eu vou deixar aqui aos colegas, que são brilhantes nessa área, Dra. Cristiane, em especial — que já faz um trabalho há muitos anos de relevância e destaque em Santa Catarina —, que poderão falar melhor sobre isso. Nós temos campanhas — talvez o Marcelo possa destacar —, que o Ministério Público patrocina, cria, estimula. Ele participa de diversas formas, justamente para também fazer esse trabalho educativo, pedagógico, preventivo e protetivo em relação às crianças.

Na área criminal, de vitimização das crianças, (*ininteligível*) questionário. Vou deixar depois aos colegas, que informem melhor esses casos pontuais. Mas especialmente os crimes sexuais, eles são muito delicados, são crimes clandestinos; é difícil a prova. Dificilmente, inclusive, eles vêm à tona, vêm à luz para que o Ministério Público possa efetivamente atuar. Quando acontece alguma situação, muitas vezes até por acaso, como o exemplo que a Deputada Carmen falou, que



estávamos investigando uma situação e acabamos constatando outra, aí, é claro que, evidentemente, nós vamos apurar tudo o que for possível até onde nossas forças permitirem, até onde conseguirmos alcançar. Mas o Ministério Público está trabalhando.

A atenção básica da criança, como falou a Presidente, acho que é importante. Nós temos que começar a trabalhar nessa seara, nas políticas públicas, envolvendo os órgãos.

O Ministério Público não é o único que não pode tudo, infelizmente — não é infelizmente —, nós dependemos de parcerias e colaborações. O Poder Executivo é um órgão prioritário na implementação das políticas públicas, com o Ministério Público fazendo a sua parte, tentando fazer o máximo e o melhor. Ele tem tomado as medidas possíveis, ações. Tem, claro, procurado sempre resolver mediante diálogo e outras formas — tem esgotado esses caminhos —, mas, quando também não vê resultados, tem buscado a judicialização e outras formas que ele possa buscar para ver implementado aquilo que os nossos representantes, os Parlamentares, enfim, e a sociedade, todos elegeram e estipularam como uma política pública, como um interesse social relevante, que é a preservação das nossas crianças e adolescentes.

Em relação às sugestões, também acredito que os nossos colegas da área poderão falar melhor sobre isso, têm melhores condições técnicas. E os assuntos pontuais eu vou deixar que eles esclareçam também, porque percebi que podem falar um pouco melhor em relação a esse caso. Quando me fizeram contato, era mais para aquele caso pontual do ex-Deputado aqui, para alguma dúvida. Até pedi que a Dra. Cristiane e o Dr. Rafael viessem, porque eles é que estão cuidando do caso do ex-Deputado na esfera criminal e da proteção das crianças vítimas dele ou até daquelas que faziam parte do abrigo, que está a cargo da Dra. Cristiane. E a importância do Dr. Marcelo é porque ele, como Coordenador do Centro de Apoio, é que divulga e faz chegar a todos os promotores as políticas institucionais.

Bem, eu acho que a minha parte aqui é mais agradecer e dizer que o Ministério Público está sempre presente e quer contribuir...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Qual o (*ininteligível*)?



O SR. LIO MARCOS MARIN - Eu deixo que o Marcelo fale. É porque ele tem melhores dados e mais informações.

O SR. MARCELO WEGNER - Não, eu vou ver se consigo baixar o vídeo no *laptop*.

O SR. LIO MARCOS MARIN - Ah, está no *laptop*!

O SR. RAFAEL DE MORAES LIMA - Enquanto isso, eu posso...

O SR. LIO MARCOS MARIN - Então, tá. Nós invertemos. Ele ia falar. Ele vai adiantando, tá?

Então, quero dizer que o Ministério Público quer participar. Ele quer contribuir para esses encaminhamentos. Estamos à sua disposição.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nós estivemos analisando um caso, como eu disse anteriormente, que aconteceu em Altamira. Um estabelecimento foi desbaratado e havia mulheres e adolescentes em situação de cárcere privado, que foram aliciadas em Santa Catarina. Elas vieram de Santa Catarina. Então, veja, ainda que aqui não tenha...

O SR. LIO MARCOS MARIN - Altamira, Maranhão?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, Pará, Belo Monte.

O SR. LIO MARCOS MARIN - Altamira é Pará. É isso.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - A proprietária da casa era da nossa região.

O SR. LIO MARCOS MARIN - Santa Catarina.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - É. E ela pegou meninas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

O SR. LIO MARCOS MARIN - Essa questão dos grandes eventos de que a senhora falou, Deputada, aqui para nós também. Talvez numa dimensão não tão grande quanto Belo Monte, mas nós tivemos já vários casos — a Deputada Carmen sabe bem, nós somos lá da mesma região serrana —, de Barracão e, aquela do Rio Pelotas, que eu não lembro o nome...

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - De Barra Grande.

O SR. LIO MARCOS MARIN - ...de Barra Grande, em que aconteceu esse fenômeno de casas de prostituição, inclusive de outras regiões ou outras cidades, que se deslocaram levando meninas, mulheres para...



A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Mas lá nós... Tem alguma denúncia lá de menores, Dr. Lio? Pela imprensa eu não consegui detectar isso. E hoje até eu comentava para tentar levantar se lá... Porque eu sabia de casas de prostituição. Mas eram adultas, não é?

O SR. LIO MARCOS MARIN - A princípio, sim.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - É isso. Não teve nenhum caso que veio para o Ministério Público?

O SR. LIO MARCOS MARIN - Eu, de cabeça, não sei informar.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Eu também não.

O SR. LIO MARCOS MARIN - Podemos fazer uma verificação, uma investigação para saber.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Eu acho que era importante — se o senhor pudesse —, até para a gente fortalecer a questão da legislação para as grandes obras. Pode ter até alguma coisa que não foi publicizada e a gente acabou não sabendo.

O SR. LIO MARCOS MARIN - Isso para nós... Fazemos um levantamento nas ações judiciais do período, especialmente, ou das investigações criminais. Nas delegacias nós temos menos acesso aos dados, mas o que tramitou na Justiça ou tramitou no Ministério Público nós conseguimos levantar...

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Para a Comissão é importante.

O SR. LIO MARCOS MARIN - ...mesmo num período mais para trás. A gente pode fazer o levantamento, sim, para auxiliá-las.

Nós sabemos do fenômeno. Muitas vezes a gente não sabe do fato, não tem uma prova, mas sabemos do fenômeno porque isso nos chegava. Realmente, numa cidade pequena, com 6 mil habitantes numa região urbana, de repente chegam lá 3 ou 4 mil operários e mudam aquela realidade. Sabemos como essa casa, que deve ter ido lá para Altamira, talvez tenha sido uma dessas que ficam acompanhando as grandes obras. Onde se estabelece uma, ela leva a sua casa para lá. E já deve ter até um público...

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Logística.

O SR. LIO MARCOS MARIN - ...uma logística para isso. Justamente. É muito interessante essa constatação, até para saber como agirmos para evitarmos isso.



Mas eu vou passar, até porque eu acho que a fala dos colegas é muito mais importante do que a minha, que eles é que têm os dados.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas uma coisa importante onde houver grandes obras — primeiro a gente vai tentar estabelecer um marco legal, o que não impede que o Ministério Público, inclusive, possa capitanear e propor, como tem feito em alguns lugares — é que se faça uma discussão para se elaborar um plano de proteção, antes da instalação da grande obra, para crianças e adolescentes. E que haja uma fiscalização. Aí tem que aumentar a fiscalização.

O SR. LIO MARCOS MARIN - Sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O Executivo deveria fazer isso. Mas eu acho que o Ministério Público pode ser o proponente ou o grande articulador de um procedimento em que a gente apenas não constate e as coisas continuem como estão, até porque a fiscalização das casas...

Em Belo Monte, havia, eu acho, um bordel. Depois que o canteiro se instalou, isso aí mudou para seis casas de prostituição, onde há profissionais do sexo. Em uma dessas eram as meninas em cárcere privado mesmo e tal, aliciadas no Sul do País, que ficavam em kombis — kombis, não —, em vans durante dias.

Mas eu quero dizer o seguinte: todo o Brasil vai abrigar, de uma forma ou de outra, grandes obras, porque nós estamos com esse processo de construção, de aceleração de muitas obras, particularmente de infraestrutura, e isso vai provocar um recrudescimento da violação de direitos.

Então, é preciso que a gente possa organizar os diversos atores para elaborar esse plano. Então, vai ter no Município tal; nos arredores, os Municípios circunvizinhos, eles têm que ser envolvidos nesse processo, para que você tenha políticas públicas, equipamentos públicos, enfim.

As empresas, as construtoras, como são obras gigantescas — via de regra, são grandes obras —, elas têm-se mostrado muito abertas para poder dar contrapartidas. Só que a contrapartida, muitas vezes, não tem o foco na criança, no adolescente nem na pessoa. Outros tipos de contrapartida! Algumas têm feito sensibilização com os trabalhadores. Mas isso é muito difícil porque tem muita apartação. Há uma dificuldade muito grande de esses trabalhadores sentirem que aquelas poderiam ser suas filhas.



Eu lembro muito que uma vez fui a uma unidade de internação em Brasília e ali estava tendo uma revista muito vexatória, com os adolescentes. E eu me dirigi ao Comandante do BOPE, que estava fazendo a revista. E eu disse assim: *“Mas, Comandante, os meninos...”* Ele falou assim: *“Meninos, não; esses não são meninos, são bandidos”*. Ele dizia o seguinte: *“Meninos são os nossos filhos; esses não são meninos, são bandidos”*. Então, esse sentimento a gente vai perceber nos trabalhadores também. *“Não são minhas filhas, não podem ser minhas filhas, minhas filhas estão estudando, são isso, são aquilo outro e tal. Essas são prostitutas.”* É um pouco a fala que vem.

Então, esse processo de sensibilização é importante, mas ele não tem-se mostrado...

O SR. LIO MARCOS MARIN - ...eficiente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - ...eficiente para poder mudar a postura, porque eles não conseguem sentir que aquelas crianças são crianças como as suas filhas são, como os seus filhos são e as suas filhas são. Eles apartam, até porque a sociedade é muito cindida, enfim.

Era isso.

O SR. LIO MARCOS MARIN - Deputada, só então para eu encerrar também, em relação ao acompanhamento, o Ministério Público os processos de licenciamento das grandes obras sempre acompanha.

E eu sei, a Deputada Carmem sabe. Nós trabalhávamos na área da Promotoria do Meio Ambiente, na defesa do meio ambiente na região, e vários empreendimentos nós acompanhávamos. E uma das exigências que o Ministério Público sempre fez — eu acho que nós podemos também aprimorar e buscar até uma parceria melhor até interna do Ministério Público — foi essa questão envolvendo talvez criança e prostituição, porque a questão sociocultural sempre foi preservada e sempre foi objeto de atenção do Ministério Público, mas, assim, pelo Promotor da área, da área ambiental, especificamente. Talvez ali ele precisasse também envolver o Promotor da Infância, o Promotor até da área criminal, entre outros, para que a gente fizesse um trabalho melhor ou mais bem articulado. Só para destacar que isso é objeto de preocupação. Nós trabalhamos, fiscalizamos. E procuramos amenizar e evitar esse tipo de situação, esse impacto social que esses



empreendimentos geram, especialmente nas áreas rurais, em que há toda uma cultura e uma preservação, valores diferentes, e chegam pessoas de regiões diferentes.

Na nossa região, uma coisa que eu constatei é que vinham pessoas normalmente do Nordeste prestar serviço para essas empreiteiras lá — uma cultura completamente diferente, hábitos completamente diferentes, valores completamente diferentes daqueles daquela região. Isso gera efetivamente um mal-estar, um conflito, uma tensão social. É importante então que nós estejamos preparados para vencer. Mas é objeto de preocupação. Claro que sempre precisamos e devemos aprimorar e aperfeiçoar, até internamente o Ministério Público. Nessa conversa eu acho que já podemos pensar para, futuramente, quando houver algo assim, que não fique só o Promotor do Meio Ambiente cuidando do impacto socioambiental. Que ele chame os outros colegas de outras áreas para fazer acompanhamentos diversos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O ambiental acaba englobando.

O SR. LIO MARCOS MARIN - Sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E ele esconde o social.

O SR. LIO MARCOS MARIN - É, embora seja objeto de preocupação, mas ele não é tão integral.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E ele é socioambiental, mas ele não tem...

É por isso que a gente deve fazer uma sugestão de mudança dos marcos legais, porque ele é socioambiental, mas a discussão maior é a ambiental e a social do ponto de vista das comunidades que são deslocadas e tal. Quanto a isso tem certa preocupação. Mesmo assim, tem muita denúncia de violação nas comunidades indígenas, ribeirinhas e tal que são deslocadas, enfim.

Tem essa preocupação, mas não tem a preocupação da questão específica da criança. Essa não tem surgido. Tem surgido porque há um movimento que está em curso, enfim. Está muito intenso em Rondônia, com muito envolvimento da Academia, do próprio Ministério Público — e também no Pará —, da sociedade civil, enfim.



Mas, se a gente pudesse incorporar... Acho que a sua ideia é muito boa. É uma coisa que a gente pode analisar e inclusive transformar em legislação, que é incorporar os segmentos, ou seja, não apenas do Ministério Público, que é quem acompanha... Mas, no procedimento do licenciamento socioambiental, você incorporar, tanto o Poder Executivo quanto o Ministério Público, você incorporar o lado social e a área particularmente de criança e adolescente. Ou seja, não só o Ministério do Meio Ambiente ou o IBRAM conceder a licença, mas essa licença também ter que passar pela Secretaria de Direitos Humanos — supondo —, alguma coisa...

O SR. LIO MARCOS MARIN - Pode. Isso é muito simples, porque hoje...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ou o MDS.

O SR. LIO MARCOS MARIN - O licenciamento hoje tem que passar por órgãos ambientais, órgãos culturais, diversos órgãos. Inclui-se ali mais um órgão desses para cuidar dessa parte. Acho que é interessante.

O Marcelo está pronto para fazer já? (*Pausa.*) Fica tua fala para depois?

O SR. MARCELO WEGNER - O senhor que sabe.

O SR. LIO MARCOS MARIN - Você vai fazer alguma apresentação aqui?

O SR. MARCELO WEGNER - Não, só ver com o Fábio depois para ver se a gente consegue apresentar o vídeo da campanha.

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - É que nós temos audiência (*ininteligível*). Ai, se nós pudermos... Aí, se (*ininteligível*) precisar sair...

O SR. RAFAEL DE MORAES LIMA - Bem, eu quero cumprimentar a Deputada Erika, a Deputada Liliam e a Deputada Carmen, pessoa pela qual nutro grande respeito e admiração pela trajetória; ao Dr. Lio agradecer o convite; cumprimentar os meus colegas, Dra. Cristiane, Dr. Marcelo, os demais integrantes.

Quero dizer que eu sou Promotor Criminal da 1ª Promotoria de Justiça aqui da Capital, Criminal. Assumimos a Promotoria no mês de julho, agora, recentemente. Antes, eu era titular da Promotoria do Júri da Capital.

E, quando assumimos agora, em julho, a 1ª Promotoria Criminal, nós nos deparamos, no decorrer do mês, com a vinda do inquérito policial. Eu vou falar especificamente do caso do ex-Deputado. Então, nós nos deparamos com a vinda... Até peço escusas por não poder detalhar demais...



A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Claro.

O SR. RAFAEL DE MORAES LIMA - ...em razão do segredo de justiça e da preservação da intimidade das vítimas, mas alguns informes eu acho que podem e devem ser feitos.

Esse inquérito policial veio ao Ministério Público, para a Promotoria, minha Promotoria, no decorrer do mês de julho...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Que ano?

O SR. RAFAEL DE MORAES LIMA - Agora, para a minha Promotoria. E eu, de imediato — um deles, eram dois —, e eu, de imediato, chamei o delegado de polícia responsável pela presidência do inquérito para conversarmos. Ele esteve no meu gabinete. Ele me externou várias situações, com as quais eu fiquei muito preocupado. Aliás, até no final eu vou fazer uma sugestão a respeito especialmente da parte da Polícia aqui de Santa Catarina.

É importante dizer que o inquérito é eletrônico, porque hoje na Capital todos os autos são eletrônicos. Isso também teve uma implicação aí. Mas, depois que pude então pegar os autos e analisá-los, estudá-los, eu pude ver que o inquérito iniciou a partir de uma denúncia feita na Promotoria da Infância, com a Dra. Cristiane, que impulsionou todo o trabalho da Polícia. A partir desse trabalho inicial da Polícia, esse inquérito chegou ao Ministério Público. A Promotora que me antecedeu no processo pediu várias diligências, imprescindíveis.

Só para terem noção, vou citar uma. Havia nos autos alguns relatos de algumas vítimas, porém a Promotora, entre outras diligências, pediu que crianças e adolescentes que haviam sido acolhidas anteriormente, que não estavam ali nos autos, mas que tinham passagem também de relacionamento com o indiciado, também fossem ouvidas. Ela ampliou ainda mais o espectro da investigação. Foi extremamente importante.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A Promotora Criminal?

O SR. RAFAEL DE MORAES LIMA - A Promotora Criminal que me antecedeu.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não é a Dra. Cristiane?

O SR. RAFAEL DE MORAES LIMA - Não é a Dra. Cristiane. É a Dra. Kátia Dal Pizzol. Reconheço que houve uma demora na produção da prova, sim. Não vou



apontar culpados, mas apenas gostaria de trazer o relato que o delegado fez para mim, quando eu o chamei agora, em julho, para conversarmos. E ele veio ao meu gabinete e disse o seguinte: *“Dr. Rafael, eu estou na 6ª Delegacia de Polícia da Capital...”*, que é a Delegacia da Proteção da Criança, Adolescente e da Mulher, responsável também pelos delitos da Lei Maria da Penha. E ele me disse o seguinte: *“Dr. Rafael, o senhor veja só a estrutura com que eu estou trabalhando hoje. Nós temos dois cartórios na minha delegacia. Em um deles eu tenho uma escritã de polícia, que cuida de 1.200 inquéritos lá, hoje. E no outro eu tenho mil inquéritos e não tenho outra escritã de polícia”*. Ele me reportou uma situação com que eu fiquei extremamente preocupado.

Aliás, essa é uma sugestão que eu faria. Se já não realizaram a diligência, seria interessante — quem sabe? — uma visita à 6ª Delegacia de Polícia da Capital. A 6ª Delegacia de Polícia da Capital, sem dúvida nenhuma, é um dos órgãos, é um dos foros mais importantes do combate à exploração sexual infantil, especialmente nesse tema, porque é dali que saem 90%, talvez, da matéria-prima com que o promotor criminal vai trabalhar. É dali. Muitas coisas são alimentadas para eles, e eles têm que circularizar essa investigação, essa, enfim...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Quem era o delegado?

O SR. RAFAEL DE MORAES LIMA - Delegado Ricardo Guedes.

Então, vejam só: isso tudo nós estamos tratando do dado oficial. Eu não vou nem falar da cifra negra, que não chega, que essa, sim, através de toda a rede de proteção... Aí a Dra. Cristiane, com muito mais propriedade, vai poder falar. Eu não vou falar. Mas, no que diz respeito a mim, à minha atuação, ao trabalho criminal, quero dizer que — não falo em nome do Ministério Público, Dr. Lio, mas pelo menos em nome da minha Promotoria — nós estamos prontos, preparados e à disposição para mover todas as ações criminais, medidas cautelares que forem necessárias para recrudescer o trabalho do combate à exploração sexual. Mas nós precisamos que os outros mecanismos funcionem.

E quero dizer também, para ficar bem claro, que aqui não vai nenhum reparo ao trabalho que vem sendo desenvolvido pelo nosso colega Dr. César Augusto Grubba, que é um abnegado. A gente sabe o quanto ele é parceiro e o quanto ele também...



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O Dr. César Augusto Grubba é o quê?

O SR. RAFAEL DE MORAES LIMA - O Dr. César Augusto Grubba é Promotor de Justiça, é o Secretário de Segurança Pública aqui de Santa Catarina. Então, creio que ele... Ele, com certeza, vindo um pleito nesse sentido... Ele atenderia a uma reestruturação da 6ª DP, com certeza. É uma sugestão que fica.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. RAFAEL DE MORAES LIMA - Dr. César Augusto Grubba, Secretário de Segurança Pública de Santa Catarina.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - A gente levou esse tema hoje de manhã para o Secretário Nelson Serpa, a questão da estrutura, que inclusive ontem...

O SR. RAFAEL DE MORAES LIMA - Da 6ª DP?

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - É, da 6ª DP. E o relato que nos foi feito é que eles estão em obras e as obras deverão ficar concluídas até o final deste ano.

O SR. RAFAEL DE MORAES LIMA - Tá.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - A questão de recursos humanos, a gente sabe que todos os órgãos estão deficitários. A gente acompanha lá agora a Defensoria Pública da União, e assim sucessivamente, mas também tem o compromisso de dar uma olhada em função dessa especificidade.

Eu acho que a gente pode, Deputada Erika, no ofício que nós vamos encaminhar, destacar essa questão com mais precisão, para que a gente possa...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está aí, não é?

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Tá, Francisco? No ofício que a gente vai encaminhar — a gente se comprometeu de formalizar as demandas —, a gente pontuar essa questão.

A sua colocação vem ao encontro daquilo que a gente ouviu ontem à tarde.

O SR. RAFAEL DE MORAES LIMA - É. Então, isso, assim, eu acho que nos faz compreender...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O escrivão, com mil casos, não vai dar conta. Aí é prioridade absoluta. Ou é prioridade ou não é.



O SR. RAFAEL DE MORAES LIMA - Mas todos são...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Se não é, tem que ser preso.

O SR. RAFAEL DE MORAES LIMA - Veja, Deputada Erika, ele lida com um universo em que todos os inquiridos são prioridade, porque ali é delegacia especializada mesmo. E isso eu acho que nos faz compreender um pouco — não deveria ser assim — a demora na conclusão do caso.

Mas eu quero, só então, para finalizar, dizer que já fiz todo o estudo. Estava com a minuta do trabalho pronta para ajuizar, e não o fiz em razão do convite do Dr. Lio.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas voltou de novo para a delegacia?

O SR. RAFAEL DE MORAES LIMA - Não, não, senhora. Está comigo. Está comigo.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. RAFAEL DE MORAES LIMA - Não, não; depois de julho, não.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Dr. Rafael, mas a primeira vez que ele veio para o senhor, o senhor o retornou para a delegacia, e aí foi quando ele falou isso?

O SR. RAFAEL DE MORAES LIMA - Não, não.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Aí, depois, o senhor assumiu...

O SR. RAFAEL DE MORAES LIMA - Agora, mês passado...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - A antecessora que fez isso?

O SR. RAFAEL DE MORAES LIMA - Isso. Antes de mim, a Dra. Kátia...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Ela mandou de novo para a delegacia.

O SR. RAFAEL DE MORAES LIMA - ...pediu essas diligências e mandou para a delegacia. A delegacia retornou esse inquirido...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Aí foi para as suas mãos.

O SR. RAFAEL DE MORAES LIMA - Veio para mim, agora, com as diligências.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Ah, tá!



O SR. RAFAEL DE MORAES LIMA - E eu, então, tomei conhecimento do caso, estudei, estava com todas as medidas do âmbito do Ministério Público prontas, só não fiz porque recebi o convite do Dr. Lio para vir e, num primeiro momento, eu fiquei assim... Eu não sei se eventualmente... As senhoras poderiam, eventualmente, estar trazendo algo de novo. Então, por cautela, eu esperei, para vir hoje aqui. Mas quero dizer que a parte do Ministério Público está pronta. Nós temos que levar para a frente.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Doutor, eu não sei se o senhor vai poder me responder. Essas verbas que mantinham a creche, ele recebia essas verbas de onde? Do Município ou do Estado? Ou ele recebia dos dois?

O SR. RAFAEL DE MORAES LIMA - Olha só, Deputada Liliam, durante o inquérito, um dos fatos apurados diz respeito à moralidade administrativa. Não sou eu o Promotor da moralidade administrativa. Nós temos outros Promotores da moralidade aqui da Capital. E uma das providências que já está pronta é o encaminhamento de peças ao Promotor da moralidade administrativa, que vai também analisar questões relacionadas como essa. E aí ele vai poder... Até, se não me engano, já há um ofício ao Tribunal de Contas do Estado, que também fez uma auditoria. E a Dra. Cristiane... Até vou pedir que ela fale um pouco mais do que eu, porque ela vai poder explicar que não há, na verdade, creche, creche... e tudo funcionava na creche. Não é assim.

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Há uma confusão de...

O SR. RAFAEL DE MORAES LIMA - Há uma confusão. Na verdade, também não havia assim: creche e um abrigo. Havia uma creche — a Dra. Cristiane vai explicar —, havia uma creche, sim, e havia a casa dele. A Dra. Cristiane vai explicar um pouco melhor.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Deixe-me só terminar. Não, porque envolve dinheiro público. Se tem dinheiro público, teria que ter fiscalização: como esse dinheiro estava sendo aplicado, para onde que ia. Tinha que ter uma fiscalização, e parece que não houve isso.

O SR. RAFAEL DE MORAES LIMA - A senhora diz respeito à creche, não é?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Há irregularidades na creche? Foi constatada alguma irregularidade na creche?



A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Eu posso falar alguma coisa.

O SR. RAFAEL DE MORAES LIMA - A Dra. Cristiane vai poder falar, porque como eu tratei do inquérito policial... O foco do inquérito policial foi o quê? O que aconteceu dentro da casa. Não há, no inquérito, relato da creche, que atende crianças.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas como...

O SR. RAFAEL DE MORAES LIMA - Há relato da casa. O que aconteceu na casa é estranho.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É estranho também que você tenha uma pessoa que abriga sete crianças ou...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. RAFAEL DE MORAES LIMA - Ele não abrigava, Deputada.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está ótimo.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. RAFAEL DE MORAES LIMA - Isso.

O SR. LIO MARCOS MARIN - Posso só dar um esclarecimento...

O SR. RAFAEL DE MORAES LIMA - No que diz respeito ao crime, eu queria só deixar claro. Acho que, em razão do segredo, eu não posso detalhar um pouco mais, mas dizer às senhoras... Ao Dr. Lio também já tinha dito...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então já está pronta a parte do Ministério Público?

O SR. RAFAEL DE MORAES LIMA - Está pronta, mas não foi ajuizada, porque eu estava aguardando esta...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, está ótimo. Mas vai estar pronta para ser ajuizada?

O SR. RAFAEL DE MORAES LIMA - Isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E aí vai depender...

O SR. RAFAEL DE MORAES LIMA - *(Ininteligível.)* Creio que sim.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E a nossa preocupação, doutor, é com relação a essa denúncia de que as pessoas tinham... as vítimas, as supostas vítimas tenham sido abordadas pelo suposto agressor.

O SR. RAFAEL DE MORAES LIMA - Isso, ótimo. Então, Deputada, veja bem, há uma notícia nos autos de um aliciamento do indiciado...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Está anulado.

O SR. RAFAEL DE MORAES LIMA - Como?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Eu vou explicar *(ininteligível)* depoimento, o que é creche, porque... Porque há uma confusão *(ininteligível)*.

O SR. RAFAEL DE MORAES LIMA - Há uma confusão aí.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - *(Ininteligível)* creche, e não é onde estavam essas crianças?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. RAFAEL DE MORAES LIMA - Exato. A Dra. Cristiane vai explicar bem e vai ficar bem claro.

Só para concluir a parte do aliciamento, Deputada Erika: em tese, a abordagem de um indiciado nas vítimas, durante a investigação, pode caracterizar o crime de coação no curso do processo. Além disso...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - As crianças estão com medida protetiva?

O SR. RAFAEL DE MORAES LIMA - Sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E distanciamento *(ininteligível)*.

O SR. RAFAEL DE MORAES LIMA - A Dra. Cristiane vai falar.

Mas, veja bem, o aliciamento caracteriza crime de coação no curso do processo, em tese, e pode, sim, sem dúvida...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Levar à prisão.

O SR. RAFAEL DE MORAES LIMA - Pode, sim, sem dúvida nenhuma. Então, isso também está sendo alvo de abordagem pelo Ministério Público. A



senhora pode se tranquilizar quanto a isso, porque isso já é de conhecimento nosso. Então...

O SR. LIO MARCOS MARIN - Me permite só, talvez, um esclarecimento. Eu tenho percebido algumas confusões, o que é normal pra quem não é da área jurídica. Nós do Ministério Público temos divisões de trabalho também, como tem na Justiça. O aspecto criminal é tratado de uma forma por uma promotoria numa vara específica; o aspecto da proteção, da questão das creches, com outra promotoria em outra vara judicial; a questão da moralidade, que é outro objeto, da mesma forma, que é com outro promotor, para uma outra promotoria e acaba tramitando também em outra vara. Então, são pessoas diferentes em órgãos diferentes, atuando pra questões que são correlacionadas, mas que são diferentes. Então, é importante saber isso aí. Essa questão da creche e das próprias verbas será tratada por outra pessoa, que é a Dra. Cristiana, que vai falar em relação à creche e às crianças.

Também, talvez fosse importante, as senhoras podem pensar: *“Ficou muito tempo esse procedimento no Ministério Público. O fato ocorreu há tantos meses e ainda não se tem uma denúncia, um processo iniciado”*. Especialmente quando a situação é delicada ou que envolve pessoas com mais destaque, nós sabemos que isso na Justiça tem uma tramitação diferente, com advogados de outro nível. que buscam recursos, uma série de medidas. E nós tomamos o máximo cuidado — digamos assim — pra construir uma prova muito boa, pra que a gente tenha um sucesso ou êxito no processo, no final.

E, por conta disso, vislumbrando algumas deficiências que, como falou o Dr. Rafael, são estruturais, não são das pessoas... Todos ali são abnegados e trabalham muito intensamente, mas nem sempre conseguem realizar o melhor. Por conta disso, nós tomamos a cautela de, havendo dúvida, então que se busque esclarecer tudo o que for possível, reunir todas as provas, pra que se tenha a segurança e que ação seja exitosa. Não adianta nós fazermos um processo às pressas, que lá no final não resulte em nada ou acabe até fortalecendo eventualmente o criminoso, porque ele sai com um salvo-conduto, dizendo que o crime que imputaram a ele não foi verdade e isso foi reconhecido pela Justiça.



Então, nós queremos efetivamente fazer o trabalho benfeito e responsabilizar e buscar as punições. Isso demanda, muitas vezes, mais trabalho, mais tempo. É por isso que ainda não foi. Mas, como falou o Dr. Rafael, no aspecto criminal, em relação a esse caso pontual do ex-Deputado, imaginamos que, início de setembro agora, a ação penal, que seria a entrega da parte do Ministério Público ao Judiciário agora... Claro que ele vai continuar atuando e trabalhando em toda a fase processual, buscando ali comprovar todos os fatos que ele levou à Justiça. Mas essa primeira fase investigatória está concluída e será já ajuizada. Aí tem toda uma tramitação judicial...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quem é o juiz que está responsável? Quem é? É da Vara da Infância, não?

O SR. RAFAEL DE MORAES LIMA - Não, senhora. É o Juiz da 1ª Vara Criminal da Capital. É o Dr. Marcelo Carneiro.

O SR. LIO MARCOS MARIN - Só pra encerrar, esses aspectos da moralidade, da destinação de verbas, fontes de recursos, aplicação e prestação de contas, isso será feito. Como está nos chegando agora, já está sendo separado, será encaminhado para as promotorias e pessoas correspondentes, e elas farão as apurações e eventuais responsabilizações também no momento oportuno.

O SR. RAFAEL DE MORAES LIMA - Eu vou passar para a Dra. Cristiane. Eu não sei se a parte criminal fica esclarecida.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está ótimo. Está ótimo.

O SR. RAFAEL DE MORAES LIMA - E aí eu vou passar para a Dra. Cristiane, que acho que vai esclarecer bastante a parte da proteção.

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Bom dia! Eu cumprimento o Dr. Lio, a Deputada Carmem, aqui, cumprimentando as demais Deputadas aqui e toda a equipe. Fico feliz em poder, de alguma forma, contribuir para esse trabalho que as senhoras vêm realizando e para fazer alguns esclarecimentos sobre a questão da proteção, que é diferente da questão lá, criminal.

Então, quando o Ministério Público, na Promotoria da Infância, recebeu a denúncia, foi aquele momento que eu pedi a instauração do inquérito policial, porque, em que pese eu trabalhar na área da proteção, é lógico que qualquer



denúncia que também envolve a parte criminal a gente encaminha para instauração de inquérito policial, seja qual for promotor de qualquer área.

E aí, quando retornou cópia desse inquérito com uma nova denúncia, agora, recentemente, que foi naquela semana em que eu propus essa ação, que foi em maio deste ano...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O fato é de quando?

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Agora eu não lembro assim... Dá pra ver a data em que foi instaurado, que foi o ofício de que as senhoras têm cópia, que foi o meu ofício lá pra...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Em 2009, não é?

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - É 1 ano, 1 ano e pouco, agora eu não estou bem lembrada. Não! Não foi isso, não. Em 2009, com certeza não, porque eu não estava lá na Infância. Em 2011.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Foi em novembro de 2011.

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Isso. Quando eu recebi essa denúncia, eu encaminhei com ofício, para instauração de inquérito policial. E daí foi essa questão de inquérito que já foi colocada pelo Dr. Rafael.

O SR. RAFAEL DE MORAES LIMA - Ficou na 6ª DP.

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Na 6ª DP. Então, quando voltou cópia desse inquérito e essa denúncia agora em maio, final de abril e início de maio deste ano, nós já nos mobilizamos lá na Promotoria. Ainda estávamos no primeiro dia do processo eletrônico. Ficamos até madrugada tentando escanear documentos, o que foi bem complicado, e só podia peticionar, naquele momento, pelo eletrônico.

E aí então, a partir do momento da cópia desse inquérito e com alguns elementos, e da denúncia que estava chegando também, nova denúncia, o Ministério Público propôs na Vara da Infância e Juventude, então, a Promotoria de Proteção propôs uma representação para aplicação de medida protetiva, que era consubstanciada na busca e apreensão e no acolhimento institucional das crianças e adolescentes que estavam lá na casa do ex-Deputado.

Então, o que é bom esclarecer? No momento, eu percebi que a imprensa falava, até porque é difícil e também são termos mais técnicos, não é? O ex-



Deputado, ele tinha, há muitos anos, a Creche do Duduco I e do Duduco II, que funcionavam. Eu estive algumas vezes lá, anos passados, como visitava outras creches também. As creches tinham convênio, que eu tenho conhecimento, com o poder público municipal, por meio da Secretaria da Educação.

Então, as creches eram vinculadas à questão de escola. As crianças ficavam em regime de creche, eram levadas pela manhã e buscadas, ou por meio período ou por período integral. Lá, quando estive, havia as merendeiras, alguns técnicos ou cuidadores que eram pagos pelo Município, em razão do convênio, como tantas outras funcionam assim. Então, verificamos que... Passei alguma manhã lá, conversando com as crianças, enfim, o que a gente faz em todos os lugares. As crianças de creche são de zero a 6 anos, então não existia criança maior do que isso lá. Existiam muitas professoras, inclusive funcionárias públicas do Município que trabalhavam lá em função desse convênio, educadoras, merendeiras e tudo isso.

Parece-me que, quando houve — e se houve alguma denúncia —, e nós recebemos uma do Disque 100, agora, recentemente, sobre a questão da Creche do Duduco, dizendo que havia adolescentes que eram abusados e tal. Então, as informações não fecham com a questão creche.

Por outro lado, o ex-Deputado nunca teve uma instituição acolhedora, um abrigo. Isso ele nunca teve. Nunca houve convênio e nunca existiu essa casa abrigo e nem instituição acolhedora.

(Não identificado) - O Lar do Duduco.

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - É, daí eu vou explicar o que é o Lar do Duduco.

Aí, é assim: nós temos dez instituições acolhedoras aqui em Florianópolis. Eu conheço todas e visito duas vezes por semana... Na quarta-feira, visitei, por coincidência, exatamente onde estão as crianças acolhidas e, hoje, tenho outra visita em outra instituição. Todas são... Nós conhecemos todas as crianças, temos processos judiciais, por iniciativa do Ministério Público, de acompanhamento do caso de cada criança. E não têm nada a ver com isso.

Daí me parece-me, assim, que a imprensa, quando falou, porque ele também confundiu as coisas. Para a casa dele, ele tinha algumas crianças sob guarda e duas sob adoção — daí vamos falar. Aí eu fui buscar isso. Algumas de muitos anos,



e eu não tive participação nesses processos. Na verdade, quando ele, eu não sei se em razão do trabalho que ele fazia na comunidade...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Ele tinha guarda até de irmãos, não é?

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - De irmãos. Sim, ele tinha guarda.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ele tinha duas creches e algumas crianças sob guarda e adoção, não é isso?

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - É, que não eram pequenas e não eram daquela idade de creche.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não tinha abrigo nenhum.

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Não tinha abrigo nenhum. Na casa dele, existia uma plaquinha — então, dos estudos sociais, a gente sabe — como alguns colocam, uma plaquinha pequena feita de azulejo e tal, escrita “*Casa do Duduco*” na porta da casa. Como muitos colocam “*Casa dos Alves, dos Costas*”, enfim. E ele tinha esses... Na verdade, só existia uma criança, os outros eram adolescentes. Tinha uma criança de 10 anos. Essas sete crianças e adolescentes...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Ele foi abusado, esse de 10 anos?

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Não há nenhum relato a respeito nos autos, tanto é que o doutor pode... Mas a gente também não pode adiantar isso.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Não se pode falar (*ininteligível*).

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Nem nós. (*Riso.*) Mas os relatos que se tem, independente disso, eu pedi, por questão de proteção, para todos os que estavam na casa, independente de existir relato de ser vítima dele ou não, o acolhimento de todos eles. No primeiro dia, houve a ordem de acolhimento de todos. Aí, em função da falta de vagas, o que foi oficiado ao Secretário, no outro dia, inclusive, a gente conseguiu uma vaga em São José e acolhemos todos os sete.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Isso foi quase que imediato?

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Foi no mesmo dia. Tanto é que, no dia em que eu estava tentando protocolizar no processo eletrônico — já



era tarde da noite —, eu já tinha levado uma cópia para a juíza, para ela ir adiantando, e nós fizemos tudo no mesmo dia.

As crianças foram acolhidas. Hoje, dos sete, para um existia um pedido de guarda com os parentes na Vara da Família, e ele, por ordem daquele juízo da Vara da Família, foi entregue a esses parentes, sob guarda provisória. Enfim, o processo corre lá.

Os outro seis foram acolhidos. Desses seis, um outro rapaz também já está sob a guarda do pai biológico, hoje com uma constituição de família diferente. Foi tudo avaliado, e ele voltou a residir em outro Município com esse pai.

Os outros cinco, então, estão acolhidos juntos, exatamente para preservar os vínculos, no único acolhimento em que sempre estiveram. Eu estive lá na quarta-feira, as crianças estão muito bem, conversei com elas, mas existe toda uma dificuldade que não é colocada. Independente de com algum ter existido alguma questão de abuso sexual, a gente sabe que, do ponto de vista psicológico, independente dessas coisas, existem vínculos. Se o vínculo afetivo existente é saudável, é outro questionamento que está sendo feito, obviamente. Mas as crianças choraram muito, pediram muito por ele. Foi uma situação bem complicada.

E, em razão de tudo isso, foi avaliado então. O pedido judicial que foi determinado era o seguinte — olhem, é este aqui. Eu pedi: a suspensão do poder familiar do requerido com relação àqueles dois que ele tinha adoção; e o direito de visita dele e dos demais familiares ou pessoas vinculadas a ele, sejam funcionários, ex-tutelados, filhos, enfim, tudo isso, enquanto tramita a ação. Então, que seja suspenso qualquer contato dessa natureza, até para evitar que as pessoas possam levar recados. O que está sendo feito em juízo, existem agora...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Tem medida para impedir que ele se aproxime?

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Não, na verdade, existe uma proibição de visita e a suspensão do poder familiar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eles não têm uma medida protetiva de que ele não pode se aproximar.

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Bom, não existe essa medida protetiva.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, não há nenhum tipo de abordagem que supostamente ele fez?

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Se houve alguma abordagem, isso não é de conhecimento do processo nem do Ministério Público. Então era importante que fosse levado isso.

Por enquanto, nós não tivemos nenhum problema dessa natureza...

O SR. RAFAEL DE MORAES LIMA - Depois do acolhimento.

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - ...depois do acolhimento. Nenhum. Não tem nenhum relato. Eu conversei com as crianças lá, na quarta-feira, estão bem, mas perguntam muito quando é que vai se resolver isso.

E existe hoje, no processo, um prazo em que está sendo realizado o estudo psicossocial. Então, a partir do estudo psicossocial — e me parece que faltam agora 20 dias para conclusão...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quem faz o estudo psicossocial? A Vara?

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - São os técnicos do juízo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Da Vara, né?

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Da Vara.

Agora, o que tem que se falar sobre essa questão de ele ter essas crianças sob guarda ou sob adoção? Hoje, lógico que se preserva a questão do Cadastro de Adoção, só que, quando se pede a guarda de um menino de 13 anos, vamos supor, e que já existe um vínculo afetivo provado por meio do estudo social, não há óbice em se deferir isso. Até o Cadastro de Adoção hoje, que é a nossa luta o respeito ao Cadastro... Mas, a partir do momento em que existe uma prova de um vínculo afetivo de anos, é óbvio que não se vai tirar aquela criança daquela família, para por no Cadastro.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mas, como é que ele estava com a guarda dessa criança há anos? E para provar esse vínculo afetivo?

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Ah, sim. Bom, os processos, eu resgatei de anos atrás, porque não fui eu que funcionei nos processos. Ele tem a guarda. Alguns meninos aqui tinham 14, 15, 16, 17 anos. Ele tinha essas crianças, e eu não sei que dia ele conheceu as crianças.



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Doutora, ele diz — pelo que nós temos de informações — que essas crianças chegaram com 7, com 8 anos...

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Mas isso há 10 anos atrás, Deputada.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Então...

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - É como eu falei, eu não tenho...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mas, então, houve uma ilegalidade nessa questão da adoção e da guarda.

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Não, ilegalidade não houve, ilegalidade não houve. A gente tem que saber...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Não? Tem que saber.

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Não houve, não houve ilegalidade. Todos eles têm a guarda legal, com estudo social realizado na casa. Infelizmente, anos atrás... Nós temos uma psicóloga forense agora, há 2 anos na Vara. Então, anos atrás, as guardas e adoções eram definidas só com estudo social, tá? Era uma realidade nossa, de Santa Catarina, e eu acredito que de grande parte do Brasil. E, aliás, temos uma única psicóloga hoje, que também não dá conta.

Então, assim, hoje eu vejo que o grande problema da nossa Vara da Infância e Juventude não é nem a questão da necessidade de criação de outra Vara, que eu vejo como importante, mas a questão técnica, que muito esbarra na dificuldade de fortalecimento. Então, se houve alguma falha... Até porque na questão, gente, de abuso sexual, a prova é muito complexa. A abordagem eventual de um psicólogo e de um assistente social, com uma entrevista, com uma visita, muitas vezes não consegue detectar uma situação dessa. E quando foram deferidas essas guardas não existiam essas denúncias, então, não existia nem uma desconfiança nesse aspecto.

Então, quando houve o pedido da guarda por parte dele — eu fui resgatar esses processos então —, ele já tinha alguns anos de contato com essa criança. Foi feito o estudo social, foi feita a visita na casa, ele juntou toda a documentação necessária. Então, assim, a guarda não é ilegal. Isso a gente tem que reconhecer.



Com relação às duas adoções, elas são mais recentes e são dos dois menores. Todos os dois de menos idade ali daquelas crianças acolhidas. Agora é de uma adolescente e de uma criança.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - De uma criança inclusive.

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - É. Nesse caso da criança mais nova, o processo de adoção, eu participei do final do processo. Já existia um parecer da assistente social favorável, existia toda a documentação. E, aí, surgiu naquela época uma denúncia. Quando surgiu essa denúncia aí, no primeiro momento que a gente pediu a instauração de inquérito, e tal, eu juntei cópia no processo de adoção e pedi que o juiz fizesse novas diligências em razão dessa... Houve um novo estudo — não psicológico, porque não existia psicólogo forense na Vara —, outro estudo feito pelas assistentes sociais com visita domiciliar, com entrevista com as crianças. Aquele procedimento técnico que não tenho; conheço de trabalhar, mas não é a minha área, não é? E foram todos favoráveis. Então, assim,...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Doutora, qual o vínculo que tinha essa criança de 10 anos com ele pra vocês comprovarem? Por que que não foi para o Cadastro Nacional? Por que que ele adotou a criança?

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Eu vou explicar. Na verdade, quando ele...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Se teve irregularidade, isso a gente sabe que teve. Teve irregularidade.

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Não. Eu não posso... Desculpe-me, Deputada, mas, assim, olhe: pelo processo da adoção, ele estava — eu posso até olhar no processo —, mas ele estava há vários anos com a guarda de fato já dessa criança. Quando foi feito o estudo, essa criança já tinha um vínculo há anos com ele.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Vamos pedir isso...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Com quem está isso?

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Na Vara da Infância. Ele está arquivado porque é um processo já concluído, tá?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mas nós queremos a cópia desse processo. Pode dar para a gente, mesmo concluído?



A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Na verdade, tem que pedir isso...

O SR. RAFAEL DE MORAES LIMA - É segredo de Justiça.

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - É segredo de Justiça. Isso tem que ser feito o pedido via Tribunal.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - A gente pode pedir, então, via Tribunal. Anota, por favor, Francisco.

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Então, assim, o que consta do processo é que foram feitos... O Ministério Público se preocupou com aquela denúncia, veio trazer aquilo nos autos, e novos estudos foram realizados sem detectar absolutamente nada. Então, sempre houve... Dessas denúncias que tiveram, essa foi a única que tivemos dentro de um processo desse. E, do que o Ministério Público recebeu, ele juntou os autos e pediu novas diligências pelo juízo. Do ponto de vista legal, ele tinha a guarda de todas as crianças ou a adoção, tá?

Quanto ao procedimento de proteção, o que está nos faltando agora e quais são os caminhos? Nós estamos aguardando esse laudo psicossocial, que é feito inclusive com ele também. E acredito que, se houve um encontro deles — não sei, vou verificar isso agora —, não é do conhecimento do Ministério Público. E tanto as crianças estão sendo atendidas, pela psicóloga forense, como ele. Então, se ele aguardou a saída, se algo aconteceu ali, nós não estamos sabendo. A gente tem algumas dificuldades de acesso lá quando tem uma testemunha protegida. A gente tem que esconder numa sala, não tem entrada e saída diversa. Então, a gente tenta fazer esse trabalho dentro do possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputada Erika Kokay) - A denúncia que existe é que ele teria abordado e, obviamente, ele não está proibido de se aproximar da criança, pelo que eu pude ver, apenas o direito de visita.

O SR. RAFAEL DE MORAES LIMA - A senhora soube quando foi isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputada Erika Kokay) - Não, mas eu posso descobrir.

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Mas eu posso agora também solicitar informações de quando eles estiveram lá...

A SRA. ELAINE MARINHO FARIA - A advogada disse que foi no dia em que ela foi com as crianças ao fórum.



O SR. MARCELO WEGNER - Deputada, na verdade o que aconteceu...

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Mas a advogada não pode ir com as crianças ao fórum...

O SR. MARCELO WEGNER - Dra. Cristiane, na verdade, o que aconteceu, pelo que deu a entender ontem, foi que houve um encontro fortuito. Quer dizer, no dia em que o Duduco foi levar as crianças lá no Eduardo Luz, pelo que nos relataram...

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Ah, isso no dia do acolhimento?

O SR. MARCELO WEGNER - Isso. Por coincidência, as crianças também... algumas crianças já estavam lá, porque ele não tinha uma data. Ele foi por vontade própria, pelo que deu a entender.

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Agora, eu entendi.

O SR. MARCELO WEGNER - E aí houve um caso fortuito, que houve um encontro na frente. Foi o que eu entendi.

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Então, tá. Então, assim, se foi dessa forma, o que aconteceu: quando eu pedi o acolhimento das sete, existia vaga para algumas. Isso foi o que a juíza me relatou; o meu pedido estava feito. Então, ela mandou buscar os que já tinham vaga e já estava articulando para no mesmo dia ver as vagas dos demais. E aí, quando levaram alguns, ele pegou os outros, colocou dentro do carro e levou lá para entregar. Eles chegaram quase no mesmo momento lá. Disso eu tenho conhecimento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Na verdade, foi o seguinte...

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Foi esse. Foi esse, segundo o Dr. Marcelo...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Isso não importa, porque isso a gente passa depois para vocês.

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Porque assim: não foi realizada nenhuma audiência judicial, em que eles foram intimados. Agora, assim: a gente sabe, o advogado do processo, o advogado dele tem conhecimento das datas de realização de audiência. Então, ele pode ter sabido de alguma data de entrevista das crianças, alguma coisa assim com a psicóloga, né? Mas assim, Deputada, até



nem vamos nos delongar mais nisso. Eu me comprometo a verificar se houve e fazer um pedido nos autos para que a gente articule dessa forma, de melhor...

A SRA. MARISTELA OLIVEIRA DE CARVALHO - Acho que ela está com a guarda de dois. Acho que foi isso.

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Tá, mas então, gente, está aí uma outra coisa que eu preciso dizer. Assim, a advogada, ela vive com um rapaz que foi egresso de lá... que morou com o Duduco. Isso não sei... de 15 anos atrás, não sei. Ela tem contato com alguns irmãos. Se ela tem alguma criança com ela, não é dessas que estão acolhidas. Aí, é outra história, é outra questão e, se ele convidou essas, lá na saída do fórum, aí realmente não faz parte do processo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E isso...

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - É outra questão. Então, assim, porque eu estou muito surpresa de que ele... Gente, nós cuidamos dos acolhimentos, a gente acompanha todo dia os técnicos lá, os técnicos vêm nos trazer as dificuldades, os técnicos acompanham... A advogada não tem acesso a essas crianças do abrigo.

(Não identificada) - É isso que eu acho.

A SRA. MARISTELA OLIVEIRA CARVALHO - Acho que ela está com as que não estão (*ininteligível*).

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Pois é, mas daí essas que não estão acolhidas e que são guardas que ela pode ter conseguido na Vara da Família, de outras crianças que tenham algum vínculo com esse rapaz com quem ela vive, aí eu já não sei esclarecer. Das crianças do objeto aqui, gente, nós temos tomado todos os cuidados. Eu fico surpresa, mas vou verificar essa situação.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Verifique até a situação da advogada também...

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Tá. Então, assim, eu vou verificar essa situação, mas eu acredito que não sejam essas crianças, tá? A gente tem tomada todo cuidado com relação a elas, dar escola, até a Guarda Municipal foi solicitada para atender o acolhimento em qualquer necessidade, não só a Polícia Militar, mas a Guarda também, que está sempre ali presente. Nós tomamos todas as



providências nesse sentido, tá? Então, assim, eu acredito que não seja com relação a elas, mas eu vou verificar, tá?

E daí assim: para a gente concluir, eu gostaria de dizer quais são as dificuldades, como foi dito aqui, que faltou até a vaga lá. O Ministério Público vê, na Promotoria da Infância, a gente vê essa questão das denúncias como realmente o grande início de todas as investigações. Mas elas sozinhas, a gente fomentar as denúncias, sem fortalecer uma rede de atendimento, nós não vamos chegar a lugar nenhum. E isso me preocupa muito.

Então, até trouxe aqui, ontem eu fiquei olhando — depois que o Dr. Lio me convidou para vir aqui — na Promotoria da Infância, aqui da Capital, nós recebemos este ano 255 Disque 100, sem contar com todas as denúncias de ouvidoria que nós temos e denúncias por telefone, no *e-mail* da Promotoria e tantas outras. Essas denúncias são de abuso sexual, 81. Nós tentado fortalecer essa rede de proteção com várias ações do Ministério Público, e é disso que nós precisamos. Não vai ter atendimento a essas crianças, não vai ter proteção, se a gente não tiver uma rede. Então, não adianta ter a denúncia, se for aquilo que foi verificado lá, como as Deputadas falaram de São José. Isso é da Capital, tá? Eu não estou falando do Estado. Isso no ano que entrou para nós naquele sistema agora, nós contamos um por um, imprimimos...

O SR. MARCELO WEGNER - Eu estou com o relatório até para entregar para elas aqui sobre o Estado.

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Hã, hã. Aí, assim...

O SR. RAFAEL DE MORAES LIMA - Só para falar, Dra. Cristiane, bem rapidinho, não quero me estender...

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Eu sou Relatora de um projeto de lei que impede exatamente o que pode ter acontecido ano passado aqui, que independentemente do cadastro se faça a...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Tinha isso aqui: "*tenham sido expressamente doados pelo genitor e genitores conhecidos; segundo, tenham sido acolhidos em situação de perigo, devido a abandono, por pessoas que venham a se interessar pela adoção*". Isso é extremamente perigoso.



A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - É um pedido, é que eu sou a Relatora. O que pode ter acontecido? Como ele tinha creche e conhecia a realidade social das mães da creche...

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Dessas mães, talvez, com filhos mais velhos...

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Exatamente. Ou a mãe...

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Ele tinha até um contato social, até como Deputado, eu não sei bem...

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - É, é. Como a mãe pode ter tido outro casamento, porque a gente sabe que tem uma série... A gente ouve lá em todas... na do tráfico de crianças, na CPI.

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Ele tinha um trabalho comunitário, lá naquela região, onde ele foi Deputado. Ele conhecia as famílias.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Então, como ele era uma pessoa teoricamente de melhor posse, *“como eu vou ter uma outra vida, eu prefiro entregar para ti”*. E acabava ficando irregularmente, não que o poder público concedesse.

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Deputada, olha, o que a gente quer colocar, qual é o nosso trabalho hoje? Coisas que aconteceram há 10 anos, eu, lamentavelmente... A legislação mudou, mas o Estatuto... A gente está conseguindo uma luta pelo respeito ao Cadastro hoje, gente, com muito sacrifício, deixa eu contar para vocês. Ontem, nós tivemos um julgamento no Tribunal, eu falei com o nosso Procurador, o Dr. Tico. Ele foi lá fazer sustentação e nos apoiou lá no agravo, e a gente conseguiu. Mas nós temos lutado, inclusive no Tribunal de Justiça, porque assim, hoje ainda existe essa sistemática de essas famílias entregarem para um casal que elas escolhem, às vezes, mediante algum pagamento ou algum privilégio, mas é muito difícil essa prova do pagamento e tal. O que o Ministério Público tem feito?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Tem um projeto tramitando na Câmara (*ininteligível*).

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Gente, mas, assim, o problema é que a gente luta contra o tempo. É assim: se eu consigo fazer o pedido de busca e apreensão dessas crianças nos primeiros meses que essa criança está



na família — e nós temos cinco processos lá de crianças acolhidas exatamente nessa situação, que estavam com terceiros e que isso chega ao conhecimento da Promotoria —, eu peço busca e apreensão. O juiz realmente é companheiro nesse entendimento, a juíza, ela determina a busca e apreensão, e a criança é acolhida. E a gente faz a investigação, vê se é caso de destituição do poder familiar da mãe biológica e do pai biológico e, se for o caso, o encaminhamento no Cadastro. Nunca voltar para esse casal que fez essa adoção, ou à brasileira, quando registra em nome próprio, mas a maioria não é à brasileira, eles não registram em nome próprio, eles só pegam a criança.

O que eles ficam fazendo com a criança? Eles ficam 1 ano, 2 anos sem pedir nada judicial, para criar o vínculo afetivo. Depois que é comprovado, pelo estudo psicossocial, que existe um vínculo afetivo, eles conseguem “furar” a lista. E também, gente, se o interesse é da criança, depois que a criança está há 3 anos com um casal, não tem como tirar. Então, é isso que eu estou explicando: nós temos lutado — e muito — com relação a tirar crianças de terceiros, que não têm vínculos familiares, fazendo busca e apreensão, encaminhando para o Cadastro, mas com muita luta, com muitos recursos, sabe? E nós temos feito essa luta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - *(Ininteligível)* ...porque a lei prevê isso, se em 3 anos...

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Três anos. Eles ficam esse tempo, Deputada, exatamente para decorrer o período. É exatamente isso, tá?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas se as crianças ficam bem, não tem problema.

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Mas sabe qual o problema? A gente não pode ter esse discurso de que as crianças ficam bem, sabe por quê? Porque a maioria desses casais, aparentemente, está tudo bem, mas se não houver um processo, esse de o casal estar cadastrado, de participar dos cursos e estar disposto a tudo aquilo, a submeter-se aos estudos psicossociais...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Vocês não têm controle, né?

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - A gente não tem controle. Então, assim, não podemos ir pelo discurso de que se estiver bem, porque nós



vamos perder todas as crianças para esses terceiros, que é o caso desse ex-Deputado, porque, na época, tudo estava bem.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Isso é verdade.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, o que eu digo é o seguinte...

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Aparentemente, tudo o que tinha é que estava bem.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É, a senhora tem razão.

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Então, assim, eu queria dizer que eu analisei os processos quando veio a denúncia, mandamos buscar, a juíza também muito preocupada, resgatamos isso, né? Os processos, à época, foram feitos dentro da legalidade e todos com estudo social, faltou o psíquico, não tinha psicólogo. Na maioria dos casos, não era feito. Na maioria não, em todos não era feito naquela época. Então, assim, houve falha.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - À época, é quando?

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Dez anos atrás...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Dez anos atrás.

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Oito. Nós temos a psicóloga forense há 2 anos.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Esse menino, que é o esposo da advogada, pelo que a gente soube, que é esposo — ou companheiro, não sei — da advogada, ele tem 28 anos hoje. Ele foi com dois, né? E os fatos vieram agora, há pouquíssimos meses.

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Ele estava há anos lá.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Então, ele...

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Não existe ilegalidade, existe uma falha da rede.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - É.

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - De nós todos, como rede de proteção. Existe uma falha da rede, e não questão de ilegalidade.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mas aí, como nós podemos mudar para fazer essa integração?



A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Então, eu queria colocar, para concluir, o que a Promotoria tem feito. Com relação à rede de proteção, que é o nosso grande problema, no ano passado eu propus... Primeiro, foi instalado o inquérito civil. A gente tentou questioná-lo com o Município, não houve possibilidade. A gente entrou com uma ação, que já foi julgada — agora está em grau de recurso —, da fila de espera do antigo Sentinela, hoje PAEFI, que atende exatamente a questão de crianças vítimas de violência física...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Não, porque mudar o nome não resolve muito. O que tem mudado? Acho que eles têm conseguido... eles reformularam a questão do atendimento, e a gente está conseguindo diminuir essa fila. Ainda existe uma fila. Quando eu propus a ação... A fila é de 5 anos de espera. O Ministério, por conseguir inserir uma criança para ser atendida no Sentinela, 6 anos depois, por decisão do Supremo Tribunal Federal... O processo ia até lá. E daí, 6 anos depois que a criança era violentada, ou era agredida, ou sofria negligência grave, o que você acha que a gente pode fazer? A gente nem localizava mais a família para fazer alguma coisa quando voltava o resultado da decisão do Supremo.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Não era mais possível.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Nós tínhamos 700 casos quando entramos com a ação. Hoje tem a metade ainda na fila.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Exatamente. É assim. A fila é imensa. Nós precisamos fomentar a questão...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Essas crianças não têm nenhum tipo de atendimento?

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - O que a gente tem feito para tentar minimizar? Tem o atendimento da rede básica, que é o da baixa complexidade, que sempre ajuda e é o primeiro atendimento que deve ser feito para prevenir a violação de direitos, que é através do CRAS, dos postos de saúde, de outros programas, como o POP, que trabalha com abordagem de rua, que faz um



trabalho muito bom; o PETI, outros programas de atendimento. Mas, quando é caso de violação de direitos e que precisa de um atendimento na família, eles ficam na fila de espera do Sentinela. Isso é muito triste. Então, o Ministério Público tem feito todas as ações e as articulações...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas qual é o atendimento que vem através do CRAS?

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - O CRAS faz atendimento básico. Eles até fazem alguma visita domiciliar, também com dificuldade, porque faltam técnicos — aquelas questões. Mas, enfim, existe assistente social no CRAS.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas esse atendimento é o quê? O CRAS atende a demanda básica.

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Básica.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, é mais quando a criança não está com o direito violado. São políticas sociais que são demandadas através do CRAS.

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, se você introduz uma criança com o direito violado, o olhar é diferenciado. Então, eu quero saber qual é o atendimento.

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - O atendimento é assim... Pelo menos a gente não deixa... Como nós temos uma fila de espera com ordem judicial para atendimento, em grau de recurso no tribunal — a ação —, e a criança está na fila de espera, a gente tenta envolver outros atendimentos, que não são o atendimento ideal, por óbvio, mas para não deixar sem nenhum atendimento. Então, a gente pelo menos pede que esse CRAS faça visita semanal, verifique... Quando é caso que a gente verifica em que realmente há indícios suficientes para eu pedir um acolhimento institucional, eu peço. Mas eu preciso... Só uma denúncia anônima não é suficiente. Então a gente coloca a rede de proteção básica. Inclusive, os postos de saúde têm nos ajudado — os médicos, os enfermeiros. A gente tem feito audiência, chamado nos casos, e eles têm vindo trazer as preocupações. Aí, quando eles trazem algum elemento suficiente, eu já faço o pedido de acolhimento.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas me deixe lhe dizer. Você está falando da saúde, do CRAS e tal. E do ponto de vista do plano de convivência familiar?

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Não, não existe um planejamento por ele.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não tem um plano?

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A senhora sabe que tem um Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, que é exatamente para impedir o abrigamento ou tentar evitar o abrigamento.

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - É a média complexidade. É por meio do PAEFI que é feito esse trabalho. A gente, muitas vezes, até faz...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas como funciona esse Plano? Alguém falou — eu não lembro quem — ontem: “*Não tem o Plano de convivência familiar?*” Acho que foi a menina do Conselho dos Direitos.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É, alguém falou.

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Eles fazem um trabalho no PAEFI de fortalecimento dos vínculos familiares — tudo isso que o Plano traz. Agora, não existe um plano formalizado, um plano específico nesse sentido.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quantas pessoas estão em atendimento no PAEFI? A senhora sabe?

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Hoje eu não sei. Teria que ver o número. Nós tínhamos uma fila de 700. Hoje...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Setecentos é a demanda reprimida?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - É. A gente pode até hoje...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ou até menos. E qual é a demanda reprimida?



A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Diminuiu. Eu vi que tinha diminuído para quatrocentos e poucos, mas, assim, eu não tenho hoje o dado de qual é o... Vocês poderiam solicitar ao Município isso, né?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É.

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Eles podem falar hoje qual é. Eu tenho os dados da época da propositura da ação, que eu fiz toda a investigação, e aí tinha os dados.

O SR. RAFAEL DE MORAES LIMA - Isso é bem importante.

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - É bem importante. Então, assim, gente, nós estamos...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É importantíssimo, porque é onde a gente está se detendo, que eu tinha falado no início. É a questão da responsabilização que envolve muito as polícias, particularmente as polícias especializadas. Tem algumas que dão a impressão de que só foram criadas para dizer que tem alguma coisa, mas que ela não dá conta da demanda, não tem estrutura, tem 1 delegado. É uma polícia para atender 40, 50 Municípios. Enfim, aí ela não tem como atender. Não tem como. E, aí, isso é uma coisa. E a outra coisa é o atendimento.

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Não tenha dúvida. A rede precisa nos ajudar, porque senão... E a outra questão, além do PAEFI, então...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Que é a assistência social.

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - É a assistência social, é a questão...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Para articular as outras políticas.

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - E daí, para concluir, a questão dos Conselhos Tutelares. Nós temos que ter Conselhos Tutelares atuantes e com estrutura para fazer os primeiros atendimentos em razão das denúncias. Então, isso é bem importante. Então, nós temos uma rede deficitária, e isso tem culminado em acolhimentos eventualmente desnecessários, e não temos conseguido apurar a questão da proteção também com o rigor e a rapidez que é necessário.



Era isso. Então, se eu puder auxiliar mais alguma coisa...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Essa frase está errada. Tem uma coisa aqui que chamou atenção nesse (*ininteligível*).

O SR. RAFAEL DE MORAES LIMA - Dr. Lio, em razão só de termos audiência, eu queria ver se o senhor me liberaria.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Eu queria só registrar, Deputada Erika e Deputada Liliam, foi uma iniciativa do Ministério Público de Santa Catarina — não conheço outra experiência no País — e da Promotoria da Infância, que nós temos no Estado instalado um laboratório público para reconhecimento de paternidade.

Isso começou com uma recomendação do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, da Promotoria da Infância, para a Secretaria de Estado da Saúde, que se transformou na construção de uma estrutura física dentro da universidade do Estado. E, hoje, os exames de paternidade, os inquéritos são durante a audiência. Então, todas as comarcas já fazem isso, e a gente faz em torno de 1.500 reconhecimentos/ano.

Qual é a relação disso? É que aqui no Estado se trabalha não só para reconhecer aquele cidadão como pai biológico, mas a questão dos vínculos familiares, que podem evitar, inclusive, mais tarde, que essas crianças que não tinham vínculo familiar... que não basta reconhecer, tem que amar, tem que ajudar a educar, tem que... Então, eu acho que é um dos passos também que...

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Vínculo de família, Deputada.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - O vínculo de família, independente de ela estar ou não efetivamente constituída, mas saber que hoje milhares de crianças já têm na sua certidão de nascimento o nome do pai.

Então, é uma iniciativa, e o Tribunal de Justiça é parceiro. Iniciou pelo Ministério Público, com a Secretaria de Estado da Saúde, depois, Ministério Público, Secretaria de Estado da Saúde, Tribunal de Justiça, Secretarias Municipais de Saúde. A UDESC é a fundação paternidade responsável. Eu acho que é um dos ganchos na parte da prevenção o reconhecimento do vínculo.



A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Na própria audiência, a enfermeira vai lá, colhe todos os materiais e faz os encaminhamentos. É muito bacana o trabalho deles.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. LIO MARCOS MARIN - Para conhecimento, segundo o Dr. Marcelo aqui, da data da audiência à entrega do resultado tem levado 81 dias, o que para nós é um prazo bem...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Oitenta e um dias para reconhecimento de paternidade?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

(Não identificado) - O DNA.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Alguns pais, supostos pais, reconhecem antes da coleta. Ele negava — negava, negava —, mas, como ele sabe que na audiência...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Isso é em processo judicial de reconhecimento de paternidade?

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Mas nesses casos até nem é no de investigação. Em geral, assim, pode ser no próprio processo de investigação outro... por exemplo, um pedido de guarda de um tio, porque eles estão lá discutindo: “*Tá, mas não tem o pai*”. “*Não, o pai é o Fulano. Ele está aqui, mas não é reconhecido. Vamos fazer o exame do DNA?*” Já marca o exame do DNA na próxima semana, a enfermeira vem colher... traz todo o material, o promotor ou juiz assina o termo, já o encaminha. Funciona muito bem. Tem funcionado e tem resolvido. Efetividade.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Em 81 dias? Aí tem o reconhecimento da paternidade?

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Hã, hã, o resultado. E daí...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É o laboratório público de DNA?

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - De DNA.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ligado à polícia?



A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO – Não, a um convênio. Deputada Erika Kokay, é assim: só para destacar, porque eu tenho falado um pouco lá na Casa sobre esse assunto. Inclusive, na semana passada, dei como lido em função de... Ele vai além do reconhecimento. Isso tudo começou com um termo de recomendação do Ministério Público do Estado, da Promotoria da Infância para a Secretaria de Estado, e a gente ia atendendo. Para eu ser bastante sincera, num determinado momento dizia: *“Não, mas o reconhecimento de paternidade não é da Secretaria de Estado da Saúde. Isso é uma questão civil, de certidão. É da Justiça”*. Não, não é da Justiça; é nossa, porque é uma questão de saúde também. Então, o laboratório foi... a parte das obras e os equipamentos foram recursos da saúde, da Secretaria de Estado da Saúde, do Governo do Estado, através da UDESC, com os professores e pesquisadores da universidade em Lages, que é minha terra natal e meu domicílio. O Ministério Público, com o Tribunal de Justiça, os casos que eles recebem, ou a ação judicial ou não, não necessariamente, eles encaminham. E o material é colhido durante a audiência, em todas as comarcas do Estado. O que isso evita?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Qual audiência? Qualquer audiência?

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Qualquer audiência, inclusive na Promotoria. Eles vêm — agora é só aquele furinho no dedo — com os papéis prontos, todos fazem na presença...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Você ter um processo sem vínculo, a pessoa... Por exemplo, a pessoa quer reconhecer uma paternidade sem ter processo de guarda ou qualquer coisa?

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Nós podemos instaurar na Promotoria e fazer a coleta do material, ou fazer o pedido judicial também para fazer a coleta, não importa, mas é bem rápido, já marca a data.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas assim... Isso independe de ter processo judicial, qualquer que seja ele?

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Sim, independe. É que geralmente flui essa questão da falta do pai registral nas audiências de outras questões. Então a gente já chama e diz: *“Mas o senhor não reconheceu?” “Não, eu*



tenho dúvida, não sei.” “Então, vamos todos fazer o exame?” “Vamos.” Daí inclusive traz a criança, colhe o material. Todos marcam o horário, na presença do juiz, do promotor, e logo temos o resultado, e se resolve a questão. E daí já são feitos os encaminhamentos, inclusive para a questão de alimentos com relação ao pai, tudo isso.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - E o vínculo? Eu acho que essa questão... A saúde mantém hoje inclusive todos os insumos. É competência da Secretaria de Estado da Saúde o custeio desse serviço. Mas o que eu queria pontuar é a questão do vínculo. Nós estamos discutindo a questão da criança e do adolescente. Quanto mais precocemente a gente consegue restabelecer o vínculo, menos crianças nós vamos ter, provavelmente, correndo o risco de exploração, porque esse pai passa a ter responsabilidade além da financeira, da manutenção. Eu queria só registrar, em especial, também porque eu estou com esse projeto de lei para relatar, que, quando nós começamos a discutir essa questão de como essas crianças foram para essa casa, é exatamente o que está no projeto de lei, que está lá para a gente. Eu, uma mãe em situação de vulnerabilidade, com perspectivas de uma outra relação — aqui a gente ouviu várias, lá na CPI do Tráfico de Pessoas a gente também já ouviu isso —, com uma perspectiva de outra relação, que pode, então, os meus filhos podem atrapalhar. Tem toda essa leitura que a gente acaba ouvindo, entregue. O que eu quero, só para pontuar de novo, essa questão da entrega e a questão da manutenção do Cadastro Nacional, se nós abrirmos qualquer margem aí para poder entregar para...

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Mesmo que ele esteja bem.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Nós poderemos daqui 20 anos, 10 anos estar revivendo momentos como este, que, para nós da sociedade catarinense, e catarinense que somos de morar aqui e militar aqui... Esse suposto... Tem que terminar o processo, mas essa situação que está posta não teria acontecido, mas nós vimos com naturalidade, porque era um cidadão prestando uma ação social.

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Tinha um trabalho social, por conta da própria função dele.



A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Importante, que ele chegou até esse caso...

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Que acreditava, não é?

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - ...em função do trabalho social...

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Dos trabalhos sociais que ele realizava.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Do morro, gente.

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Foi premiado várias vezes, sim. Então essa é uma realidade, mas eu gostaria...

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Erika Kokay) - Veja o seguinte: quando nós falamos — deixe-me só eu precisar — menos mal, quando as crianças estão bem, menos mal. Mas há um risco imenso de que elas não fiquem bem, enfim, e você não tem controle. Estou de acordo. Agora, menos mal quando tem... elas estão bem.

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Lógico.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Agora, a Deputada está pontuando aqui — aí só para que a gente pudesse socializar — o seguinte: aqui, nesse item 3 desse material...Elas estão bem, não é?

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Lógico.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Agora, assim, a Deputada Liliam está pontuando aqui — e aí eu queria só que a gente pudesse socializar — o seguinte: aqui, nesse item 3, desse material.

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Deixa eu só falar aqui...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. RAFAEL DE MORAES LIMA - Dr. Lio, a gente queria pedir ao senhor para nos liberar. Não sei se dá.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ótimo, não tem problema. Eu queria agradecer. *(Risos.)*

O SR. RAFAEL DE MORAES LIMA - Continuamos à disposição, Dr. Lio, sempre que precisar. Agradeço a oportunidade.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está ótimo.

O SR. RAFAEL DE MORAES LIMA - Muito obrigado.



A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - Eu gostaria só, então, de agradecer também a oportunidade. Quero dizer que estou à disposição. Deixei o meu cartão com os telefones da Promotoria. E a gente está bem à disposição. Eventualmente, algum documento que precise dos processos, aí teria que pedir, via judicial, e ver quais as possibilidades em função do segredo de Justiça. Mas estou à disposição.

Estamos aí acompanhando processo, acompanhando as crianças. E esse é o compromisso nosso, e podem ter certeza, está certo?

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Dra. Cristiane. Prazer em conhecê-la.

A SRA. CRISTIANE ROSÁLIA MAESTRI BÖELL - O prazer foi meu.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, aí a gente só queria que a gente pudesse esclarecer...

O SR. LIO MARCOS MARIN - O Marcelo poderia até esclarecer.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É porque é o seguinte, está escrito no material... O material é bom, é mito *versus* realidade. Aqui, no item 3, tem assim: "*É seguro fazer sexo com meninos e meninas? Falso*". Aí tem verdadeiro: "*A DST e a AIDS podem acontecer em qualquer faixa etária e estão mais presentes entre aqueles que praticam sexo sem o uso de preservativos?*" É porque, ao não pontuar que é crime e tal, enfim, a tendência é você naturalizar, é você dizer o seguinte: é seguro fazer sexo com meninos e meninas, do ponto de vista da saúde. Aí você diz: "*Não, pode você ser infectado com DST, AIDS e tudo o mais*". Entendeu, Dr. Marcelo? É uma naturalização. Você diz o seguinte: "*É seguro fazer sexo com meninos e meninas? Falso*." Verdadeiro é que a DST e a AIDS podem acontecer. No mínimo, você poderia dizer o seguinte: é uma postura criminosa, isso é considerado crime por tal, tal, tal, e pode...

Você entendeu qual é a nossa preocupação? Porque, da forma como está, naturaliza a questão de fazer sexo com meninas e meninos e pontua apenas que ele pode provocar, pode ter uma...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Ser infectado.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A pessoa pode ser infectada, porque tem que usar preservativo. E aí, assim, é como se dissesse o seguinte: não, não estamos... Tudo bem fazer sexo com meninos e meninas, mas é preciso entender que a pessoa pode ser infectada, porque tem que usar preservativo, e tal, tal, tal.

É um pouco isso a leitura, é um pouco a dúvida — só para socializar e a gente debater.

O SR. MARCELO WEGNER - Talvez tivesse que ressaltar mais a questão criminal mesmo, não é? Só ali o objetivo... Na verdade, isso foi retirado de estudos que foram feitos. Existe um mito, efetivamente, de que isso é um mito popular, no sentido de que fazer sexo com adolescentes ou com crianças não haveria risco de transmissão. Mas acho que talvez a senhora tenha razão, tivesse que pontuar mais a questão criminal.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É, porque aí está “meninos” e “meninas”. Meninos e meninas é pedofilia.

O SR. MARCELO WEGNER - Nem sempre, não é?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Nem está adolescente.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Entre eles.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Entre eles também. Podia ser entre eles, mesmo assim, “menino” e “menina”, a palavra também é errada, não é?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É porque realmente existe a compreensão de que as meninas e meninos não carregam doenças sexualmente transmissíveis.

O SR. MARCELO WEGNER - Isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, portanto, é seguro fazer sexo com elas. Mas, por parte do adulto, e não por parte da...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Essa compreensão é o adulto achar que... Há, inclusive, o caráter simbólico da pureza. Por isso que a virgindade é tão cobiçada. Em São Gabriel da Cachoeira, é a virgindade; em Coari, o Prefeito tem opção por meninas virgens. É porque tem o símbolo da pureza, inclusive do ponto de vista da posse, da dominação, a discussão da pureza.



Então, isso é um mito que é mais efetivo em relações intrageracionais, digamos assim, do que da mesma geração. Enfim...

O SR. MARCELO WEGNER - É. Só para pontuar, assim, a questão legal também. Não é toda relação sexual com adolescente que é crime, porque também às vezes se coloca isso de forma genérica.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - A partir dos 14 anos é com assentimento.

O SR. MARCELO WEGNER - Com assentimento, não é?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - A palavra aí é “menino” e “menina”, no Estatuto de Criança e Adolescente...Que essa adolescente...

O SR. MARCELO WEGNER - É, não existe a palavra “menino” e “menina”, existe “criança”, não é? Talvez a gente pudesse...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - “Criança.” O que se entende é isso.

O SR. MARCELO WEGNER - Mas o objetivo é este, é desmistificar essa questão que a senhora colocou mesmo, não é? Que a pureza, por esse retrato da pureza, não haveria risco de doença para o eventual agressor, mas talvez tivesse que pontuar um pouquinho mais a questão criminal.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Isto aqui, quando o cara lê, o adulto lê isto aqui, então é fácil, então eu posso fazer sexo com criança (*ininteligível*).

O SR. MARCELO WEGNER - Hã, hã, eu entendi: *“Desde que seja com preservativo, eu posso ter de qualquer forma”*.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É isso?

O SR. MARCELO WEGNER - Tá.

O SR. LIO MARCOS MARIN - Bem, nós gostaríamos, até porque as senhoras, no começo, iniciaram nos informando a respeito da intenção da Comissão, de informar algumas ações, algumas campanhas que o Ministério Público já está fazendo. Eu tenho aqui, inclusive, um relatório que nos pediram informalmente por telefone — eu não lembro quem foi. Alguns números, o tipo denunciado, no caso de estupro contra vulnerável, crimes contra a dignidade sexual, produção artística pornográfica, uso de imagens pornográficas. Nós temos aqui o



relatório das ações penais em Santa Catarina e também das denúncias do Disque 100, tanto da exploração sexual, quanto do abuso sexual. Então, nós vamos entregar... Não sei se querem de alguma outra forma. Como foi via informal, via telefone, nós temos esse relatório e podemos entregar-lhes em mão agora. Aqui, este material da campanha que as senhoras estão vendo foi objeto de premiação da...

O SR. MARCELO WEGNER - ACAERT.

O SR. LIO MARCOS MARIN - ...ACAERT, na Região Sul aqui, que congrega as emissoras de rádio e televisão. Entenderam como a melhor campanha institucional... De Santa Catarina ou do Sul? Agora eu fiquei na dúvida.

O SR. MARCELO WEGNER - De Santa Catarina.

O SR. LIO MARCOS MARIN - De Santa Catarina, que demonstra também a preocupação do trabalho e a importância do trabalho do Ministério Público de Santa Catarina sobre isso. Eu deixo, então, com o Marcelo... Você quer fazer a apresentação lá, Marcelo? *(Pausa.)* Pode falar. *(Pausa.)*

O SR. MARCELO WEGNER - Só para informar, esta campanha foi veiculada em várias emissoras de televisão, e quase todos os grupos...

(Exibição de vídeo.)

O SR. MARCELO WEGNER - Aí, só para complementar que, além da nossa preocupação nesse campo preventivo, e essa campanha já é antiga, ela já está há mais de 6 anos sendo veiculada, não esta específica...

O SR. LIO MARCOS MARIN - Esse trabalho.

O SR. MARCELO WEGNER - Isso, esse trabalho. É uma questão, quando a Deputada falou com relação à questão dos CREAS, a nossa visão e a visão que a gente vê em Brasília quando vai aos encontros é que a gente se preocupa muito com os Municípios maiores. O que aconteceu? Nós não temos cofinanciamento federal para Municípios com menos de 20 mil habitantes para a criação de CREAS. Aí, existe...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Em quantos Municípios?

O SR. MARCELO WEGNER - A maioria tem menos de 20 mil habitantes. Eu não posso lhe precisar agora, de pronto, porque há muitos pequenos Municípios aqui em Santa Catarina, não é? E aí o que acontece?



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Há muitos Estados pequenininhos, mas há Município que tem duzentos e tantos (*ininteligível*).

(Não identificado) - Duzentos e noventa e nove.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. MARCELO WEGNER - Então, nesses casos, Deputadas, seria interessante se houvesse alguma mobilização junto ao Governo Federal para que houvesse um cofinanciamento de uma equipe. Já está previsto lá no...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Agregar os Municípios...

O SR. MARCELO WEGNER - Não, existe uma previsão de uma equipe que seria um pouco mais simples do que a equipe do CREAS. Ela seria formada por um psicólogo, por uma assistente social e por um apoio jurídico, que se fala ali. Então, se houvesse a possibilidade de essa equipe ser cofinanciada também pelo Ministério do Desenvolvimento Social...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu penso que esses Municípios de 2 mil, 3 mil, 5 mil pessoas devem ser muito próximos. Os Municípios, você podia também fazer pela área geográfica, não é, não?

O SR. MARCELO WEGNER - A questão do geográfico já tem duas previsões: uma é o consórcio e a outra é o convênio. Santa Catarina e a maioria, pelo que a gente conversa com os colegas, não estão funcionando, porque os Prefeitos dos Municípios são de partidos diferentes, uma série de razões. Mas eles não fazem consórcios entre si, tanto para a questão de CAPES, quanto para a questão de CREAS, tanto na área da saúde, quanto na área da assistência social.

O Município pequeno poderia também conveniar com algum Município que já tivesse, no sentido de *“olha, se houver um caso pontual, eu vou pagar o valor “x” para aquele atendimento”*, mas os Municípios não querem, porque existe a questão do transporte, porque o atendimento, por exemplo, psicológico, é um atendimento em que toda hora tem que se fazer o transporte daquela vítima, para que ela seja atendida. Então, tem uma série de razões. E talvez essa equipe menor, mas também especializada, não ficaria apenas para a questão de violência, seria para todos os cinco setores que o CREAS atende, a questão de violência contra o idoso, a questão do meio aberto e a prestação de serviços à comunidade. Então, seria para cinco atividades do CREAS que essa equipe funcionaria. Ela já está prevista lá nas



normas do Conselho de Assistência Social, só que precisaria de um cofinanciamento federal, porque os Municípios, quando a gente exige a política, o que acontece? Nós temos um programa no Ministério Público inclusive que é este, não é? É um programa meio aberto, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, e nós não temos a equipe responsável. E o que acontece?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Os CREAS, que são (*ininteligível*).

O SR. MARCELO WEGNER - É, muitos promotores estão fazendo o seguinte. Eles estão usando o CRAS para fazer esse serviço, só que o CRAS, aí, deixa de fazer o serviço dele que está previsto em lei...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Porque o CRAS atende também (*ininteligível*).

O SR. MARCELO WEGNER - Está errado. Quem tem que atender isso é o CREAS, ou essas que...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não é nem porque (*ininteligível*).

O SR. MARCELO WEGNER - Isso. Aí não faz nenhuma das...

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Deputada Erika, eu acho que acolher essa sugestão como uma indicação, porque não sei se as senhoras perceberam ontem, quando a equipe da Secretaria de Estado da Saúde falou do NASF, Núcleo de Apoio à Saúde da Família, que é a equipe multidisciplinar... A portaria ministerial só permitia NASF para Municípios acima de 20 mil habitantes, financiando. Nós, aqui no Estado, chamamos NASF/SC, que a Secretaria de Estado da Saúde financiava para os Municípios com menos de 20 mil. Agora, a portaria ministerial está abrindo para os Municípios de pequeno porte, abaixo de 20 mil. Eu acho que aqui nós poderíamos, enquanto Comissão, sugerir, recomendar...

O SR. MARCELO WEGNER - Só para pegar um gancho do que a senhora falou, se pudesse também pedir para encontrar algum mecanismo — e aí teria que ver com quem entende da área para que esse NASF —, houvesse alguma obrigatoriedade de que fosse um NASF Saúde, como eles chamam, que tivesse, pelo menos, um profissional que fosse um psicólogo, terapeuta ocupacional, ou psiquiatra.



A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Psicólogo. Eu acho que neste caso, porque no NASF, alguns membros da equipe eram obrigatórios. Aí, os outros você pode...

O SR. MARCELO WEGNER - Esses não são. Na saúde mental, nenhum é obrigatório.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Eu acho que nós poderíamos pensar nisso...

O SR. MARCELO WEGNER - Nós temos. Assim, só para passar um dado para a senhora assim bem... Nós temos 169 Municípios que têm um NASF Saúde Mental.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Hã, hã!

O SR. MARCELO WEGNER - Quer dizer, são 57,2%. Então, todos esses demais Municípios, que não têm, o que acontece? Vítimas de violência sexual não são atendidas porque não têm nem o ambulatorial, nem o básico, muito menos o CAPES, que seria o médico.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Você tem quantos aí? Você pode passar esse dado para a gente?

O SR. MARCELO WEGNER - Posso. A senhora até pediu ontem, e eu consegui o dado com relação ao número de CREAS.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Da Secretaria de Estado.

O SR. MARCELO WEGNER - Nós temos 91 CREAS, aí depois eu vou pegar no celular, 78 Municípios com CREAS. Só 78.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Aqui, seguramente, Municípios grandes, como Florianópolis. O segundo maior Município de Santa Catarina tem quantos habitantes?

O SR. MARCELO WEGNER - É Florianópolis o segundo...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O primeiro é Joinville?

O SR. MARCELO WEGNER - É.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E Joinville tem quantos?

O SR. MARCELO WEGNER - Tem quinhentos e alguma coisinha.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E o terceiro? (*Pausa.*)
Blumenau?



O SR. MARCELO WEGNER - Blumenau.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Com quantos?

O SR. MARCELO WEGNER - Trezentos e poucos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Aí, depois cai bastante. Grande Florianópolis, não é?

O SR. LIO MARCOS MARIN - Daí, São José, com 200, e o restante são todos abaixo de 200.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Qual é o fenômeno da ocupação do território brasileiro? É que, até mesmo em face das desigualdades e da concentração de serviços, você tem um ou dois Municípios que são maiores — isso em qualquer lugar, à exceção de São Paulo, que é um pouco diferente —, mas não há cidades médias. Não há muitas cidades médias. Então, alguns Municípios, por exemplo, no Piauí, Teresina, Parnaíba e tal, e depois cai para 30 mil, 20 mil. Quando se fala em 50 mil, já é grande. Então, cai assustadoramente. Há uma concentração também de estruturas muito violentas, porque se tem o inchaço das cidades, e as pessoas vão em direção a políticas públicas.

Então, se você faz esse tipo de restrição a isso que estou falando, e vocês estão falando de Santa Catarina, digo que isso vai ter um impacto muito grande em grande parte dos Municípios brasileiros onde se tem um, dois, três ou quatro Municípios grandes, e os demais caem vertiginosamente.

A nossa sugestão é que possamos marcar uma reunião com a Ministra do Desenvolvimento Social e que levemos — viu, Deputada Liliam? — como constatação da própria CPI, porque não é um quadro só daqui. O Brasil tem muitos Municípios pequenos. O Brasil tem cerca de 5.500 Municípios, alguma coisa assim.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Só para justificar uma questão de transportes, como isto é complicado. Nós fizemos os CAPS microrregionais, também porque a portaria não permitia CAPS em Municípios de pequeno porte. Quando o paciente tem que se deslocar de segunda-feira a sexta-feira para as terapias, também começou a discussão da corresponsabilidade do Município-sede do CAPS atender a pacientes de outro Município, sem ser por consórcio, porque não se pode fazer consórcio para CAPS. Então, o Município estaria gastando recursos



— nós recebemos este questionamento — próprios dele para atender ao Município vizinho.

Então, além do transporte, havia a questão de estar gastando do seu 15% ou mais com o Município vizinho.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ah, sim, essa discussão acontece muito em Brasília.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - É...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Em Brasília não há município. É tudo junto. Nós temos 2 milhões e 500 mil habitantes, por volta disso, e temos a região do Entorno, que cresceu por causa do crescimento de Brasília, uma região de Goiás e Minas, mas basicamente Goiás. Então, todo deslocamento é feito por lá. E aí há uma discussão em Brasília: *"Mas nós estamos usando os nossos recursos e tal para atender o povo do Entorno, não sei o quê..."* É uma discussão inesgotável.

Eu sugiro que a gente possa fazer esta discussão com a Ministra. Nós podemos também conveniar a saúde e, por exemplo, as equipes de profissionais que possam também prestar atendimento na área de assistência, SUAS/SUS — esse diálogo entre SUAS/SUS. Tem que ver como é que se constrói isso. Eu não sei ao certo, mas...

(Não identificado) - Ele acontece informalmente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, informalmente... É tudo estratégia. As estratégias de atendimento são muito informais. É o diretor da escola que conhece o chefe do posto de saúde que conhece não sei quem, que conhece não sei o quê e pede ali para atender: *"Não, quebra o galho aqui, atende e tal..."* O Brasil tem muito isso. São os arranjos construídos na informalidade, e você acaba enfim...

Mas eu vou lhe devolver a palavra para concluir as suas observações.

O SR. MARCELO WEGNER - Na verdade, eu sei que nós já estamos no adiantado da hora, eu só quero lembrar uma questão que eu coloquei ontem e que talvez fosse importante para nós. O Dr. Lio sabe da dificuldade que nós temos para obrigar o Município a fazer determinada política pública. Existe o princípio da discricionariedade, da responsabilidade fiscal e uma série de princípios que são



levantados. É a questão do Governo Federal. E aí seria interessante que até o Governo Estadual pudesse ter mecanismos de bloqueio de repasse de verbas para os Municípios que não estivessem estruturados.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nós anotamos a sugestão. Achamos que ela tem complicações. Ela é meio complicada, mas a gente vai analisar o que pode ser construído.

O SR. MARCELO WEGNER - Eu também não sei como fazer, mas eu acho que seria, para nós, do Ministério Público...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Porque, às vezes, você...

O SR. MARCELO WEGNER - ...a questão do princípio federativo, entram todas essas questões.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, há isso também, mas...

O SR. LIO MARCOS MARIN - Cria-se um problema para resolver outro.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É, exatamente. Você penaliza... Digamos assim, houve uma época no Governo de Brasília, no Governo Arruda, que ele dizia o seguinte... A pessoa não aplicava ou não executava, uma política de criança. Ela não executava. Aí ele usou o seguinte critério: quem não executa não vai receber mais. Foi assim: "*Você não executou, a execução foi 10%, 5%, 0%, acabou, não recebe mais*". Então, em vez de você forçar, a política existe. Dá um efeito contrário. Isso a gente tem que ver.

A gente anotou ontem duas sugestões: uma, que foi sua, do art. 312 do Processo Penal, e a segunda foi da Dra. Ana Cristina, quanto à obrigatoriedade da comunicação pelo juiz criminal ao juiz da infância de processos relativos à criança. Eu gostaria de fazer essa comunicação para ter o mínimo de acompanhamento. A gente acha que é possível implementar.

Essa do bloqueio que a gente acha que é bom, mas talvez a gente tivesse que trabalhar, eu não sei, com a responsabilização, com outro tipo de responsabilização do gestor. O gestor ser responsabilizado ele mesmo, entendeu? Ele, enquanto gestor, enquanto pessoa, ser responsabilizado se ele não implementa as políticas.

Eu fiz um projeto, por exemplo, do gestor que tem conselho tutelar, num Município que tem conselho tutelar, em que o gestor que não dá condições de



funcionamento do conselho tutelar tem que ser responsabilizado. Primeiro, porque, se ele construiu o conselho tutelar, ele não pode deixar o conselho tutelar funcionar debaixo de ponte. No Brasil, há conselho tutelar funcionando debaixo de ponte. Aí, você faz de conta que há um conselho tutelar, mas não há.

Talvez, a gente devesse pensar numa coisa assim. A gente pode pensar junto.

Eu entendo qual é o sentido da proposição. Acho que é correta a proposição, que é fazer com que o Município seja responsabilizado, mas a gente tem que ver qual é a forma de a gente, de alguma forma, obrigar o Município ou impulsioná-lo para que ele cumpra a política. A ideia é boa, mas tem que ver como se implementa. A gente vai ter que analisar melhor.

A outra, essa de a CPI fazer uma recomendação, entregar e conversar com a Ministra e tal, isso é perfeito.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Aqui neste gráfico, nós estamos vendo que umas diminuíram e outras aumentaram. Na questão do art. 241, que é imagem pornográfica, em 2011, foi 16, 19 e 22. Aumentou essa questão da pornografia através do uso da Internet.

O que assustou também nesse sentido foi que, no caso de estupro de vulnerável, ficou quase que, em 2012, com 572 e, em 2013, com 372 casos. Quer dizer que ainda está praticamente igual.

Os crimes contra a dignidade sexual, em 2009, eram muito grandes e depois diminuíram bastante: foram de 219 para 22.

No Disque Denúncia, em 2012, foram 1.599 denúncias de abuso sexual e caíram para 521 em 2013. Ainda não terminou o ano. Dá para a gente ver pela projeção que faltam alguns meses.

Através da campanha que vocês fizeram, eu acho que já houve um bom resultado. Está-se combatendo, mas ainda o nível está muito alto.

O SR. LIO MARCOS MARIN - Em relação aos dados estatísticos, nós temos o dado, mas nós temos o controle sobre o dado. Ele nasce espontaneamente na sociedade. Com base neles, nós os usamos para definir nossas políticas institucionais de combate, sempre com a expectativa de tentar reduzir esses números efetivamente.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nós temos uma discussão com a Secretaria de Direitos Humanos, e eles estão trabalhando nisso. Eu não sei como é que eles vão resolver.

Sei que o Disque é absolutamente importante, mas a gente precisa ver o que aconteceu com essas denúncias. A gente precisa ter um retorno. Muitas vezes, há a denúncia, ela vai ao conselho tutelar — o Ministério Público sempre tem denúncia —, e o Ministério Público centraliza o número de denúncias que são esses mapas. Mas o que aconteceu com essa denúncia? Ela teve que desdobramento? É quase uma estrutura de Disque 100 para saber o que foi feito com o Disque 100. Ou como é que o Estado pode controlar? Eu sei que não é o Ministério Público que teria que controlar tudo isso, mas é preciso que a gente tenha, para a gente realmente ter um diagnóstico mais preciso, é importante constatar o aumento do número de denúncias, que aumentou em tudo quanto é canto, mas também ver o seguinte: o que aconteceu? Foi atendido? Não foi atendido? Gerou inquérito ou houve não sei o quê? O que é? Era falso ou não era e tal? Porque também se recebe a denúncia, e muitas vezes ela não se comprova.

Mas, enfim, é uma discussão que a gente está fazendo com a Ministra Maria do Rosário. Eles têm essa preocupação, mas é outra estrutura.

O SR. MARCELO WEGNER - Uma questão que, talvez, a Secretaria de Direitos Humanos pudesse aprimorar é a seguinte: existem muitas reclamações em relação ao Disque 100, inclusive de encaminhamentos iguais que são feitos em momentos diferentes, duas ligações, a mesma denúncia que é feita e encaminhada, mas uma situação que verificamos é a seguinte: é a falta de acesso ao sistema SIMEC pelos promotores de Justiça. Os promotores de Justiça recebem um protocolo e têm a possibilidade de dizer o que foi feito daquela representação do Disque 100. Existe um controle, deveria existir pelo menos lá na Secretaria de Direitos Humanos, porque a gente está dando o retorno para eles, mas o promotor não consegue agora, por determinação da Secretaria, pelo que me passaram, o acesso ao sistema. Então, ele não consegue verificar quantas representações chegaram até a promotoria, e ele não conseguiu devolver quantas estão pendentes. Ele simplesmente recebe um protocolo e, com aquele protocolo, ele responde àquilo que foi feito.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ele vai dizer o seguinte, o que o promotor fez? Ele encaminhou para o CREAS, ou seja, o que o Estado fez? Ele encaminhou para o CREAS, encaminhou para isso, deu o prazo para a delegacia, sei lá. Agora, sim, e daí?

O SR. MARCELO WEGNER - Sim, sim. Eu concordo com a senhora, mas esse primeiro encaminhamento, pelo menos, a Secretaria teria que ter, embora não tenha o prolongamento dele.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sim. Como é o nome desse sistema?

O SR. MARCELO WEGNER - É o Sistema SIMEC, é o Disque 100, eles têm um sistema SIMEC que faz essa avaliação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O SIMEC já é mais recente, não é?

O SR. MARCELO WEGNER - É.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Que é assim, o que aconteceu com a denúncia que foi encaminhada.

O SR. MARCELO WEGNER - Com a denúncia que foi encaminhada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Agora obviamente você tem também muita coisa, muita resolutividade imediata.

O SR. MARCELO WEGNER - Sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Observar, está aqui, está batendo, está sequestrando, eu estou desconfiando que estão tal, pá, pá. Há muitos casos em que ela aciona a Polícia Civil, às vezes, a Polícia Federal, pá, pá, resolve na hora do que é possível resolver pronto, mas tem uma...

O SR. MARCELO WEGNER - É. E o que não é crime, via de regra, eles não encaminham somente para o Ministério Público, eles encaminham para o Ministério Público e para o Conselho Tutelar, e aí o Ministério Público, na verdade, faz uma função de fiscalizador para ver se o Conselho Tutelar está tomando as medidas adequadas e tudo o mais. Então, realmente é uma situação bem complexa e difícil de... como é que vai ser o acompanhamento até o final, não é? A senhora tem razão.



A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Só para as colegas conhecerem um pouquinho a nossa realidade, nós temos Joinville com 515; Florianópolis com 521 mil habitantes; Blumenau, 309; São José, 210; Criciúma, 192; Chapecó, 183; Itajaí, 183; Lages, 171; Jaraguá do Sul, 143; Palhoça, 137. Aí cai. Nós temos apenas 12 Municípios no Estado com mais de 100 mil habitantes.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Aí depois cai, não é?

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Aí depois cai.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Quantos?

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Doze Municípios no Estado com mais de 100 mil. Aí de 50 a 100, nós temos 12 para 25, 13. Depois, de mais de 20 mil...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Com menos de 20, quantos?

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Com menos de 20, vamos lá, 61 para 295.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Sessenta e um Municípios?

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Já vamos fazer a conta.

O SR. MARCELO WEGNER - Duzentos e trinta e quatro Municípios.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Duzentos e trinta e quatro Municípios com menos de 20 mil habitantes.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Duzentos e trinta e quatro.

O SR. MARCELO WEGNER - Isso corresponde a praticamente 80%.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Duzentos e trinta e quatro com menos de...? É mesmo, com 80%?

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - É. Vamos discutir, então, com menos de 5 mil?

O SR. MARCELO WEGNER - Com menos de 5?

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Menos de 5, vamos lá.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Até porque (*ininteligível*) emancipação é para ter o prefeito e tal, ter uma ilusão da comunidade também...

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Vejam aqui, vamos até... O 5.019 vamos deixar fora. Vamos pegar de Jaraguá do Sul para baixo, 188 para 295.

O SR. LIO MARCOS MARIN - Cento e oitenta e oito, dá 107, é isso?



A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Cento e sete Municípios com menos de 5 mil habitantes. Então, os poderes públicos municipais não dão conta de ter todas essas estruturas, porque eles têm que ter a Lei de Responsabilidade Fiscal para cumprir, o limite com gasto de pessoal e a demanda, mas, por exemplo, na nossa região, o Município de Bocaina do Sul também tem problemas de violência e exploração sexual de crianças e adolescentes. Ele não consegue... É um desenho... Quando a gente ouve a questão da importância da 6ª DP ou dos Municípios grandes, você pega um volume grande de fatos.

Minha Presidente, em nome da equipe que ficou sem almoço ontem, a gente vai deixá-los almoçar hoje ou hoje também é pão e água. Nem isso, né? Só água.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu vou encerrar esta audiência e já convoco a nova audiência, o novo item da Ordem do Dia, que é uma reunião com o Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Desembargador Cláudio Barreto Dutra, que se dará na Presidência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, na Rua Dr. Álvaro Millen da Silveira, nº 208, no Centro, às 14h30min.

Então, declaro encerrada, agradecendo mais uma vez ao nosso Procurador-Geral, ao nosso Procurador Marcelo, agradecendo a oportunidade de termos discutido com os promotores sobre todos os assuntos relativos às políticas necessárias e ao diagnóstico também, colocando-nos absolutamente à disposição, acatando, com muita alegria, as sugestões que aqui foram implementadas, comprometendo-nos, inclusive, de marcar essa reunião com a Ministra do Desenvolvimento Social.

Dr. Marcelo, vou lhe passar também os meus contatos e os da Relatora, para que o senhor pudesse encaminhar, formatar melhor essa coisa do 312. Seria bom. Se o senhor pudesse também formatar essa discussão acerca do número e tal. Enfim, discutindo com o Ministro, nós podemos discutir qual seria a saída, se essa equipe multidisciplinar, o convênio de saúde com assistência. Não sei. Teria que se discutir ou essa equipe menor, ou facilitar a questão dos consórcios, que é muito complicada, porque o Município não vai querer, porque há uma coisa muito patrimonialista, muito de capitania hereditária meio pós-moderna, quer dizer, o meu Município é o meu Município, ele me pertence e eu não vou possibilitar que o meu povo seja atendido por um outro que vai poder...



O SR. MARCELO WEGNER - Deputada, permite-me um aparte nesse assunto?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Claro.

O SR. MARCELO WEGNER - A Deputada Carmen estava fazendo essa abordagem. O grande problema do pequeno Município, hoje, ainda é financeiro. São Municípios que têm muito poucos recursos para uma demanda muito grande. Se nós continuarmos gerando demanda para esse Município, aí, sim, ele não vai atender. Não adianta nós impormos a obrigação e, inclusive, responsabilizar pessoalmente o gestor, porque ele terá que implantar CRAS, CREA, Conselho Tutelar e tudo mais, se ele não tem recursos para implementar. Aí nós o obrigamos a implementar o CREA, mas vai faltar verba para educação, para saúde e para tantos outros... Hoje, um dos grandes problemas que, na nossa visão acontece, é a má distribuição dos recursos públicos. Concentra-se uma parcela muito grande na União, e os Municípios ficam com muitos encargos e com poucos recursos para darem conta desses encargos. A repactuação da destinação das verbas públicas eu acho que é importantíssima para a boa gestão dessas políticas públicas pensadas, senão continua a "ambulanciaterapia". Hoje, a gente vê o mesmo caminho. Prefeitos tentam se dirigir constantemente para Brasília para buscar recursos. Nós temos de diminuir esse caminho. Os recursos têm de ficar já automaticamente no Município. Aí, sim, facilita a aplicação, há um melhor controle porque está mais próximo do Promotor, do Vereador, da comunidade, enfim. Parece-me uma medida... As senhoras, na condição de representantes desta Comissão, devem voltar a discutir a destinação das verbas públicas, fortalecendo as menores Unidades da Federação que são os Municípios. Eu ouvi aqui e até me gerou uma certa preocupação: vamos gerar mais um encargo para o Município, mas e o correspondente financiamento desse compromisso?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É que você tem um copatrocínio. Outro aspecto também seria... Eu acho que a gente avançou muito também em algumas coisas, mas como é que você facilita o copatrocínio, a implementação do serviço da União? Muitas vezes é muito complicado isso, não é? E também há outra discussão, que é a discussão do controle, também. Como é que você avança no controle social ou outros controles, controles do próprio Ministério



Público e de outros órgãos? Porque existe muita dificuldade no Município, muitas vezes de forma não dolosa, outras vezes de forma dolosa, de implementar aquelas verbas. Por exemplo, a gente teve muita dificuldade, e acabou aprovando, em destinar 75% dos *royalties* para a educação e 25% para a saúde. Por quê? Porque o Município quer esse dinheiro livre, sem carimbo. E é essa foi a dificuldade, e isso se reflete no Congresso Nacional. Ele quer esse dinheiro sem carimbo para ele poder pagar folha, para ele poder fazer isso, para ele poder fazer outras coisas, porque ele tem uma estrutura muitas vezes que é intermediária, que ela é tão pesada que ele não consegue dar o caráter finalístico ou valorizar a atividade-fim que são as políticas públicas.

Então, tudo isso é uma discussão de um Brasil ainda muito alquebrado, muito sem reconhecimento próprio, sem autorreconhecimento. Acho que o Brasil, a gente tinha que um pouco mergulhar e entender como somos, o que somos, como é que fomos originados e para aonde vamos também, por que o Brasil tem dificuldade de dar certo com tudo isso.

Eu queria agradecer e, com isso, declarar encerrada a presente audiência com a Procuradoria Geral do Estado.